



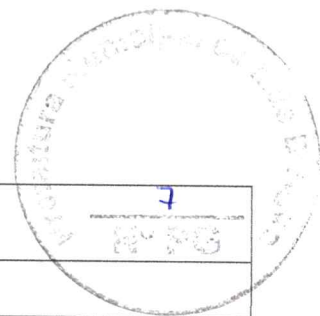
## Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

# Documento Nº 27498/25

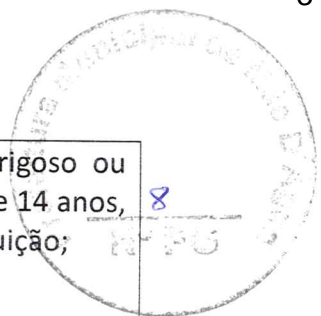
**EXERCÍCIO:** 2025  
**SUBCATEGORIA:** Licitações  
**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Mãe d' Água  
**DATA DE ENTRADA:** 10/03/2025  
**ASSUNTO:** Licitação - 00012/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) - Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

**INTERESSADOS:** Antonio Marcos Ferreira dos Santos Filho  
Jucelio Pereira Moura

**PROPOSTA PADRÃO DE LOCAÇÃO IMÓVEL**



Nome: Markdonio Alves Monteiro		
CPF: 024.771.944-70	RG: 2132467 SSP/ PB	
Endereço: Rua Joao Pequeno Romano, s/n- Centro, Mãe d'Água-PB -CEP 58740-000		
Bairro: Centro	Cidade/UF: Mãe D´agua - PB	
Telefones:	e-mail	Cel.:(83) 98103-2620
Valor mensal da locação do imóvel: R\$ 552,94		
Objeto: Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D´água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.		
<p>Dados Técnicos Do Imóvel</p> <p>DIMENSÕES: O imóvel dispões das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Está localizado na cidade de MÃE D´AGUA-PB? ( X ) SIM                      ( ) NÃO</li> <li>Está situado em local de fácil acesso para veículos? ( X ) SIM                      ( ) NÃO</li> <li>A(s) via(s) de acesso é (são) devidamente pavimentada (s)? ( X ) SIM                      ( ) NÃO</li> <li>A estrutura está em condições adequadas de segurança e possui capacidade para suportar a carga decorrente da demanda e do uso, sem riscos, fissuras, rupturas, desgastes ou quaisquer problemas que possam comprometer sua resistência conforme os parâmetros de cálculo de estruturas de edificações da ABNT NBR 6.120/1980. ( X ) SIM                      ( ) NÃO</li> <li>Está disponível para a contratação da locação pelo prazo de 24 (VINTE E QUATRO) meses, podendo ser prorrogado por igual período? ( X ) SIM                      ( ) NÃO</li> </ol>		
<p>Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de MÃE D´AGUA como proponente acima identificado requeiro através do presente documento para a Alugar um Imóvel, localizadas neste Município, declarando sob as penas da lei que:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Não se encontra suspenso nem declarado inidôneo para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;</li> <li>DECLARA, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.</li> </ol>		



- c) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Proposta Valida por 60(sessenta) dias.

Mãe D'água-PB, 15/01/2025

Assinatura do Proponente: *Markdonio Alves Monteiro*

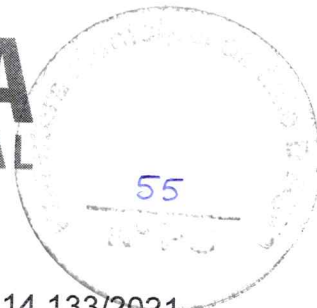




# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL

### PARECER JURÍDICO



**CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE Nº 0012/2025 – LEI N. 14.133/2021.**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.06.015/2025**

**OBJETO:** Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

#### PARECER:

**ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.**

- É inexigível a realização de licitação na forma do art. 74, V, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
- Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.

1. Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa a contratação de serviços descritos acima, através do Sr. Markdonio Alves Monteiro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF sob o nº 024.771.944-70 e RG sob nº 2132467 SSP/ PB, domiciliado na Sítio Mãe d'Água, Município de Mãe d'água-PB, para período de 24 (vinte e quatro) meses, por meio de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 74, inciso V, e §º5 da Lei Federal nº 14.133/2021, que a seguir transcrevo:

*“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*V - Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.*

§ 5º Nas contratações com fundamento no inciso V do **caput** deste artigo, devem ser observados os seguintes requisitos:

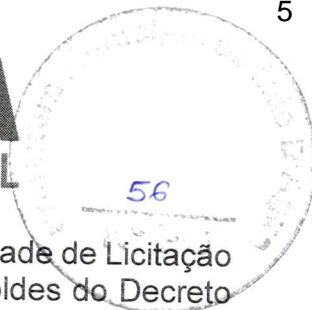
I - avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;

II - certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto;

III - justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela.”

2. Consta nos autos que a necessidade da referida contratação foi justificada no Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência acostado aos autos, elaborado pela secretaria requisitante. No Termo de Autuação o setor de licitação,





assevera o Agente de Contratação que os autos do processo Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2025, foram enviados a ele, para análise e elaboração nos moldes do Decreto Municipal nº 04/2023.

3. Consta nos autos do Termo de Referência de Contratação Inexigibilidade de Licitação, para análise. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

4. É que merece ser relatado. OPINO.

5. Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação Inexigível, as hipóteses estão previstas no art. 74 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é inviável, tendo em vista a impossibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

6. Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21. Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos eletrônicos.

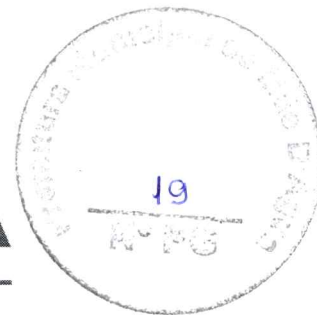
7. Quanto à minuta de Contrato – A minuta de Contrato foi feita com observância ao Art. 92 e seus incisos da Lei nº 14.133/2021. Os preceitos de direito público estão evidenciados, entre eles a possibilidade de o poder público modificar unilateralmente a avença, extingui-la, impor sanções ao particular e exigir, em alguns casos o cumprimento das prestações alheias sem observância ao princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, pelo que neste sentido afirmo que o contrato está perfeito.

8. Assim, é possível e lícito que o objeto do interesse da Administração contratante recaia no conjunto de recursos oferecidos pela proponente, justificando a contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundada no art. 74, V da Lei Federal nº 14.133/2021.

Salvo melhor Juízo.  
É o PARECER.

Mãe D'água - PB, 21 de janeiro de 2025.

LUCIANO DE FIGUEIREDO SÁ  
Procurador Jurídico  
OAB/PB 11.155



## GABINETE DO PREFEITO

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.06.015/2025**

### **DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO**

Mãe D'água- PB, 21 de janeiro de 2025.

Vistos, etc

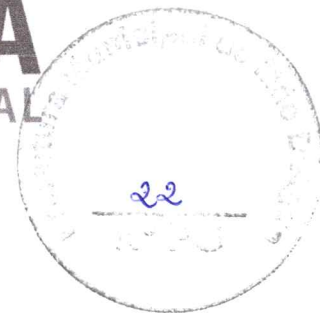
Aprovo o DFD, Termo de Referência e aceito a justificativa apresentada pela Secretaria requisitante, e Autorizo a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, a dar prosseguimento ao procedimento de Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água - PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, em nome de Markdonio Alves Monteiro, CPF(MF) n. 024.771.944-70.

Nos termos do Decreto Municipal nº 04/2023 e Lei nº 14.133/2021 c/c LC 101/2000, ao Secretário de Finanças a disponibilização Orçamentária, e em havendo previsão orçamentária, encaminhar ao Agente de Contratação Setor de Contratação Direta para as providências necessária.

---

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
PREFEITO DE MÃE D'ÁGUA





## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1- BASE LEGAL

1.1. A presente contratação dar-se-á de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com arrimo no disposto no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores.

1.2 A execução dos serviços será de forma indireta, nos termos do Art. 46, inciso IV e art. 6º, inciso XXXI, da Lei nº 14.133/2021.

### 2- CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE

2.1.A prestação dos serviços de aluguel de imóvel, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 004/2023, sendo esse o procedimento a ser adotado, na forma orientado neste Termo de Referência.

### 3- DO OBJETO

3.1. O Objeto do presente é Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme finalidades descritas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO/ MÊS R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., contendo: 1- O imóvel dispões das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.	Mensal	24	552,94	13.270,56

3.3. O locador, deverá iniciar disponibilizar o imóvel em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

3.4. O prazo do contrato será por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da publicação do resumo do contrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogados na forma prevista da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

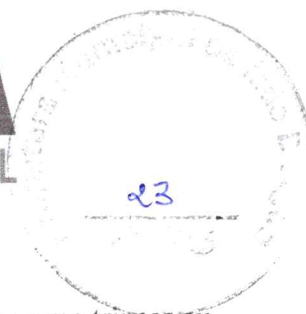
3.5. O imóvel deve atender a todas as prescrições estabelecidas em Leis e normas municipais – inclusive o Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, as normas e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, águas, telefonia e internet;

3.6. possibilitar adequada acessibilidade, atendendo as disposições previstas na NBR9050 e Lei nº 10.098, de 2000;

3.7. possibilitar a existência de extintores de incêndios e demais equipamentos que mantenha a segurança;

3.7.1. estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do contrato de locação.





- 3.8. boas condições de conservação, e sem vícios construtivos rigorosos aparentes, como trincas ou fissuras que comprometam a segurança da pronta ocupação.
- 3.9. prédio com estrutura física e elétrica para instalação de aparelhos de ar-condicionado modelo split;
- 3.10. sem risco de alagamento;
- 3.11. o imóvel deverá obedecer às posturas da legislação municipal e estadual, estando em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores;
- 3.12. teto, piso e paredes deverão ser revestidos de cores claras, com ausência de pontos de infiltração, mofo, manchas e rachaduras;
- 3.13. o local deverá ser equipado com pias, tanques, tomadas de energia e iluminação, conforme necessidade atual.
- 3.14.. As benfeitorias necessárias realizadas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991, facultado o desconto mensal no aluguel ou retenção.

#### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. O imóvel que se pretende locar se adequa perfeitamente às necessidades para o fim a que se pretende, pois o imóvel tem 6,87m de frente e 9,60m de fundos, bem como tanto pela localização quanto pela iluminação, que atender as finalidades precípua da contratação pretendida.

A locação do imóvel comercial para a instalação da estrutura do **Arquivo e Almoxarifado da Secretaria da Municipal de Planejamento e Gestão** é uma medida essencial para garantir a organização, segurança e preservação dos documentos e materiais utilizados na gestão pública municipal

O arquivo é responsável pela guarda e conservação de documentos administrativos, processos, registros e demais arquivos essenciais para o funcionamento da secretaria, assegurando a integridade e o fácil acesso às informações quando necessário. Da mesma forma, o almoxarifado tem a função de armazenar e gerenciar materiais de uso contínuo, equipamentos e insumos fundamentais para a execução das atividades da pasta.

A escolha de um imóvel comercial se justifica pela necessidade de um espaço que atenda a requisitos técnicos, como **estrutura física adequada, ventilação, segurança, acessibilidade e facilidade logística para recebimento e distribuição de materiais**, garantindo a eficiência operacional do setor. Além disso, um local apropriado evita perdas, deterioração de documentos e problemas relacionados à falta de espaço nos órgãos municipais.

Portanto, a locação deste imóvel é imprescindível para a melhoria da gestão administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, promovendo maior controle, organização e eficiência na armazenagem e no fluxo de documentos e materiais essenciais à administração pública.

#### 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. A formalização do processo de contratação está prevista no art. 74, V da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Diante das dificuldades existentes no município que não dispõe de pluralidade de imóveis, a escolha recaiu sobre o imóvel do Sr.(a) Markdonio Alves Monteiro
- 5.3. No caso, a escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Antes da assinatura do contrato de locação será realizada uma vistoria no imóvel, cujo laudo será parte integrante do contrato, a fim de se resguardar os direitos e obrigações das partes



contratantes.

6.2. É vedada a sublocação imóvel.

### 7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso III, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no qual é exigido nas contratações de serviços e/ou produtos de valores superiores a R\$ 10 Milhões, podendo ser dispensando com base em Parecer Técnico do Órgão demandante, justificando as razões técnicas, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

### 8. DA ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso IV, onde Análise de Risco só será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 1 Milhão, no qual contemplará a identificação objetiva dos: “Riscos Prováveis”; da “Solução Identificada para Mitigação dos Riscos”; e dos “Responsáveis” pelos riscos identificados, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração da referida análise.

### 9.– DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes destes instrumentos, a LOCADORA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Colocar à disposição da LOCATÁRIA, na data de assinatura deste instrumento, o imóvel a ser locado em perfeitas condições de funcionamento, especialmente quanto às instalações elétricas e hidráulicas.
- b) Para verificação das condições de uso, funcionamento e conservação do imóvel, será realizada, conjuntamente por representantes da LOCATÁRIA, vistoria técnica a ser formalizada através de Laudo Específico que fará parte integrante deste instrumento,
- c) Quitar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água, existentes até a data de assinatura do contrato, sendo que os respectivos comprovantes deverão ser apresentados à LOCATÁRIA.
- d) Pagar o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, a Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio) e outras que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel no decorrer da vigência do contrato.
- e) Assegurar à LOCATÁRIA o uso pacífico do imóvel durante a vigência do presente instrumento, adotando as providências necessárias à coibição de incômodos e turbações de terceiros, vizinhos, etc.
- f) Incumbirá à LOCADORA a adoção das medidas judiciais eventualmente necessárias a assegurar o uso pacífico do imóvel.
- g) Responsabilizar-se por eventuais vícios ocultos do imóvel que possam prejudicar sua utilização pela LOCATÁRIA e que não tenham sido detectados em sede da vistoria inicial.
- h) Responsabilizar-se pelos danos ocasionados à LOCATÁRIA em decorrência de eventual rescisão contratual por culpa da LOCADORA.
- i) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de quaisquer benfeitorias necessárias realizadas no imóvel e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- j) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de benfeitorias úteis ou voluptuárias, realizadas no imóvel com anuência expressa da LOCADORA e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

## 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

10.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes deste instrumento, a LOCATÁRIA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Usar o imóvel para os fins exclusivos de que trata o objeto
- b) Assumir a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais e equipamentos que vierem a ser armazenados no imóvel locado.
- c) Assumir toda a responsabilidade por eventual dano ocasionado ao imóvel, resultante de mau procedimento, dolo ou culpa de seus prepostos ou de terceiros por ela autorizados a adentrar no imóvel,
- d) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das leis e Normas vigentes quanto à utilização do imóvel, mantendo a LOCADORA isenta de responsabilidade por infração de qualquer legislação, regulamentação e Normas.
- e) Zelar pela permanente limpeza, higiene e conservação do imóvel objeto desta locação, sem que desta conservação decorra qualquer espécie de ônus para a LOCADORA.
- f) Manter o imóvel ora em locação nas mesmas condições em que os recebeu, abstendo-se de realizar qualquer benfeitoria voluptuária, sem prévia e expressa anuência da LOCADORA, as quais serão levantadas pela LOCATÁRIA ao término da vigência da locação.
- g) Permitir vistoria das instalações quando a LOCADORA julgar conveniente.
- h) Providenciar, quando da rescisão contratual, imediata baixa do referido estabelecimento, mediante quitações junto aos órgãos fazendários competentes, bem como restituir a LOCADORA, nas mesmas condições em que recebeu, o imóvel e suas instalações, ressalvados os desgastes naturais em razão do uso regular.
- i) Efetuar, mensalmente, o pagamento da locação mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA, em conformidade com o valor mensal.

## 11-VALIDADE DA PROPOSTA

11.1.-A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

## 12- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O Valor da locação mensal será de **R\$ 552,94 (quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos)**, perfazendo um valor para 24(vinte e quatro) meses de R\$ 13.270,56 ( treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos).

12.2. Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, tais como: todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, manutenções corretivas, impostos, taxas, emolumentos, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

12.3. Além do aluguel, obriga-se o LOCATÁRIO a pagar os encargos de taxas de luz, água e suas respectivas majorações ou multas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ora locado a partir da data do contrato, bem como as despesas ordinárias que recaiam ou venham recair sobre o imóvel locado e cuja cobrança não seja proibida por lei.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



12.4. Os pagamentos pela locação objeto deste instrumento serão realizados mensalmente pela LOCATÁRIA, mediante apresentação das notas fiscais/faturas correspondentes, obedecidos os preços propostos, devidamente atestadas pela Fiscalização da LOCATÁRIA formalmente designada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- a) Será observado o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA.
- b) Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

12.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive quanto alguma pendência levantada pela fiscalização que comprometa a continuidade da locação.

### 13- SANÇÕES

13.1. Em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações contratuais pactuadas, a LOCATÁRIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do contrato no período correspondente ao inadimplemento;

13.2. Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas ao Credenciado/CONTRATADO, as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - Advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da LOCADORA, poderá a LOCATÁRIA aplicar multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

- a) Atraso no adimplemento das obrigações, inclusive parciais, constitui inadimplência passível da aplicação de multa.
- b) Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela LOCATÁRIA, observando-se o seguinte:
  - c) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da LOCATÁRIA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a mesma será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias;
  - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela LOCADORA, esta será convocada a recolher à secretaria de finanças da LOCATÁRIA o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
  - e) A LOCADORA terá um prazo de 10 (dez) Dias, contado a partir da cientificação da aplicação da multa para apresentar recurso à LOCATÁRIA. Ouvida a fiscalização e o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
  - f) Em caso de relevação da multa, a LOCATÁRIA se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a revelação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

### 14 – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25 % (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

14.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.

14.3. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15- ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços será fiscalizada por pela Secretaria competente designado da LOCATÁRIA, que anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da CONTRATADA em sanar-las em prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas.

15.2. O objeto desta licitação será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias após o encerramento do mês:

II – Definitivamente, pelo Município, mediante Termo Circunstanciado de aceitação definitiva, assinado pelas partes, decorrente de vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais, emitido em até (cinco) dias úteis a partir do último recebimento provisório.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da prestação dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.4. caso o objeto contratual não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no edital, será mesmo rejeitado, caso em que terá o LOCADOR o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo LOCATÁRIO, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, refazer o serviço. O LOCADOR é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

15.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais n. 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

15.7. Ação e/ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a LOCADORA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica a LOCADORA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização bem como cumprir todas as ordens dela emanadas.

## 16. VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá a vigência 24 (vinte e quatro) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



## 17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos orçamentários para pagamento das despesas são oriundos do orçamento de 2025: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

**MÃE D'ÁGUA - PB, 21 de janeiro de 2025**

*Vania Maria Campos de França*  
Vania Maria Campos de França  
02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão -  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Gustavo Mendes Da Silva Netto*  
Gustavo Mendes Da Silva Netto  
Secretário Municipal De Administração  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Edjaneide P. Silva*  
Edjaneide P. Silva  
Edja Consultoria E Assessoria Ltda.  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

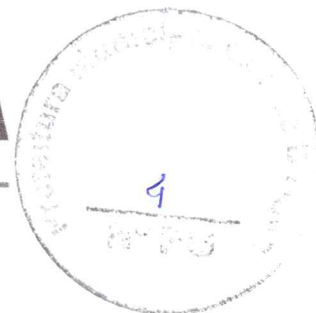
*Aprovo o Presente Termo.*

*Jucélio Pereira Moura*  
JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



## REQUERIMENTO

### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1.SECRETARIA SOLICITANTE: <b>02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão -</b>				
2.RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO: Vania Maria Campos de França				
3.OBJETO: necessidade de Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão..				
3.1. TIPO:				
Serviço não continuado ( )				
Obras/serviços de engenharia ( )				
Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra ( )				
Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ( )				
Material de consumo ( )				
Material permanente / equipamento ( )				
Aluguel de Imóvel ( X )				
NOME: Markdonio Alves Monteiro, com endereço Rua Joao Pequeno Romano, s/n- Centro, Mãe d'Água-PB -CEP 58740-000 , CPF(MF) 024.771.944-70, RG nº 2132467 SSP/ PB				
4.RELAÇÃO DE ITENS:				
Nº ITEM	DESCRIÇÃO:	UNID.	QUANT	VALOR MENSAL R\$
01	Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme a seguir 1- O imóvel dispõe das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.	Mês	24	552,94
5.JUSTIFICATIVA:				
A locação do imóvel comercial para a instalação da estrutura do <b>Arquivo e Almojarifado da Secretaria da Municipal de Planejamento e Gestão</b> é uma medida essencial para garantir a organização, segurança e preservação dos documentos e materiais utilizados nas gestão pública municipal				





# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL



O arquivo é responsável pela guarda e conservação de documentos administrativos, processos, registros e demais arquivos essenciais para o funcionamento da secretaria, assegurando a integridade e o fácil acesso às informações quando necessário. Da mesma forma, o almoxarifado tem a função de armazenar e gerenciar materiais de uso contínuo, equipamentos e insumos fundamentais para a execução das atividades da pasta.

A escolha de um imóvel comercial se justifica pela necessidade de um espaço que atenda a requisitos técnicos, como **estrutura física adequada, ventilação, segurança, acessibilidade e facilidade logística para recebimento e distribuição de materiais**, garantindo a eficiência operacional do setor. Além disso, um local apropriado evita perdas, deterioração de documentos e problemas relacionados à falta de espaço nos órgãos municipais.

Portanto, a locação deste imóvel é imprescindível para a melhoria da gestão administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, promovendo maior controle, organização e eficiência na armazenagem e no fluxo de documentos e materiais essenciais à administração pública.

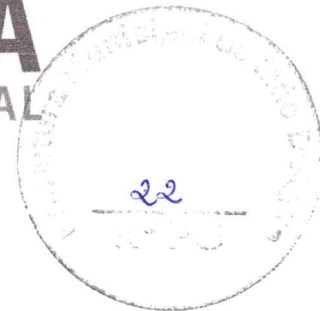
6.FONTE DE RECURSO: PRÓPRIOS/LIVRES	7.DATA PREVISTA PARA INÍCIO: 5 (cinco) dias
8.. Prazo de Entrega/ Execução: 5 (cinco) dias	
8.1. Local e horário da Entrega/Execução: Município de Mãe D'água – PB.	
9.OBSERVAÇÕES:	
Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.	
10.DATA REQUERIMENTO: 15/01/2025	ASSINATURA: <i>Antônia Maria Campos de França</i> Responsável







**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1- BASE LEGAL

1.1. A presente contratação dar-se-á de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com arrimo no disposto no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores.

1.2 A execução dos serviços será de forma indireta, nos termos do Art. 46, inciso IV e art. 6º, inciso XXXI, da Lei nº 14.133/2021.

### 2- CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE

2.1.A prestação dos serviços de aluguel de imóvel, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 004/2023, sendo esse o procedimento a ser adotado, na forma orientado neste Termo de Referência.

### 3- DO OBJETO

3.1. O Objeto do presente é Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme finalidades descritas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO/ MÊS R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., contendo: 1- O imóvel dispões das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.	Mensal	24	552,94	13.270,56

3.3. O locador, deverá iniciar disponibilizar o imóvel em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

3.4. O prazo do contrato será por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da publicação do resumo do contrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogados na forma prevista da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

3.5. O imóvel deve atender a todas as prescrições estabelecidas em Leis e normas municipais – inclusive o Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, as normas e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, águas, telefonia e internet;

3.6. possibilitar adequada acessibilidade, atendendo as disposições previstas na NBR9050 e Lei nº 10.098, de 2000;

3.7. possibilitar a existência de extintores de incêndios e demais equipamentos que mantenha a segurança;

3.7.1. estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do contrato de locação.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- 3.8. boas condições de conservação, e sem vícios construtivos rigorosos aparentes, como trincas ou fissuras que comprometam a segurança da pronta ocupação.
- 3.9. prédio com estrutura física e elétrica para instalação de aparelhos de ar-condicionado modelo split;
- 3.10. sem risco de alagamento;
- 3.11. o imóvel deverá obedecer às posturas da legislação municipal e estadual, estando em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores;
- 3.12. teto, piso e paredes deverão ser revestidos de cores claras, com ausência de pontos de infiltração, mofo, manchas e rachaduras;
- 3.13. o local deverá ser equipado com pias, tanques, tomadas de energia e iluminação, conforme necessidade atual.
- 3.14.. As benfeitorias necessárias realizadas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991, facultado o desconto mensal no aluguel ou retenção.

#### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. O imóvel que se pretende locar se adequa perfeitamente às necessidades para o fim a que se pretende, pois o imóvel tem 6,87m de frente e 9,60m de fundos, bem como tanto pela localização quanto pela iluminação, que atender as finalidades precípua da contratação pretendida.

A locação do imóvel comercial para a instalação da estrutura do **Arquivo e Almoxarifado da Secretaria da Municipal de Planejamento e Gestão** é uma medida essencial para garantir a organização, segurança e preservação dos documentos e materiais utilizados na gestão pública municipal

O arquivo é responsável pela guarda e conservação de documentos administrativos, processos, registros e demais arquivos essenciais para o funcionamento da secretaria, assegurando a integridade e o fácil acesso às informações quando necessário. Da mesma forma, o almoxarifado tem a função de armazenar e gerenciar materiais de uso contínuo, equipamentos e insumos fundamentais para a execução das atividades da pasta.

A escolha de um imóvel comercial se justifica pela necessidade de um espaço que atenda a requisitos técnicos, como **estrutura física adequada, ventilação, segurança, acessibilidade e facilidade logística para recebimento e distribuição de materiais**, garantindo a eficiência operacional do setor. Além disso, um local apropriado evita perdas, deterioração de documentos e problemas relacionados à falta de espaço nos órgãos municipais.

Portanto, a locação deste imóvel é imprescindível para a melhoria da gestão administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, promovendo maior controle, organização e eficiência na armazenagem e no fluxo de documentos e materiais essenciais à administração pública.

#### 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. A formalização do processo de contratação está prevista no art. 74, V da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Diante das dificuldades existentes no município que não dispõe de pluralidade de imóveis, a escolha recaiu sobre o imóvel do Sr.(a) Markdonio Alves Monteiro
- 5.3. No caso, a escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Antes da assinatura do contrato de locação será realizada uma vistoria no imóvel, cujo laudo será parte integrante do contrato, a fim de se resguardar os direitos e obrigações das partes





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



contratantes.

6.2. É vedada a sublocação imóvel.

## 7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso III, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no qual é exigido nas contratações de serviços e/ou produtos de valores superiores a R\$ 10 Milhões, podendo ser dispensando com base em Parecer Técnico do Órgão demandante, justificando as razões técnicas, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

## 8. DA ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso IV, onde Análise de Risco só será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 1 Milhão, no qual contemplará a identificação objetiva dos: “Riscos Prováveis”; da “Solução Identificada para Mitigação dos Riscos”; e dos “Responsáveis” pelos riscos identificados, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração da referida análise.

## 9.– DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes destes instrumentos, a LOCADORA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Colocar à disposição da LOCATÁRIA, na data de assinatura deste instrumento, o imóvel a ser locado em perfeitas condições de funcionamento, especialmente quanto às instalações elétricas e hidráulicas.
- b) Para verificação das condições de uso, funcionamento e conservação do imóvel, será realizada, conjuntamente por representantes da LOCATÁRIA, vistoria técnica a ser formalizada através de Laudo Específico que fará parte integrante deste instrumento,
- c) Quitar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água, existentes até a data de assinatura do contrato, sendo que os respectivos comprovantes deverão ser apresentados à LOCATÁRIA.
- d) Pagar o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, a Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio) e outras que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel no decorrer da vigência do contrato.
- e) Assegurar à LOCATÁRIA o uso pacífico do imóvel durante a vigência do presente instrumento, adotando as providências necessárias à coibição de incômodos e turbações de terceiros, vizinhos, etc.
- f) Incumbirá à LOCADORA a adoção das medidas judiciais eventualmente necessárias a assegurar o uso pacífico do imóvel.
- g) Responsabilizar-se por eventuais vícios ocultos do imóvel que possam prejudicar sua utilização pela LOCATÁRIA e que não tenham sido detectados em sede da vistoria inicial.
- h) Responsabilizar-se pelos danos ocasionados à LOCATÁRIA em decorrência de eventual rescisão contratual por culpa da LOCADORA.
- i) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de quaisquer benfeitorias necessárias realizadas no imóvel e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- j) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de benfeitorias úteis ou voluptuárias, realizadas no imóvel com anuência expressa da LOCADORA e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

## 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

10.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes deste instrumento, a LOCATÁRIA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Usar o imóvel para os fins exclusivos de que trata o objeto
- b) Assumir a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais e equipamentos que vierem a ser armazenados no imóvel locado.
- c) Assumir toda a responsabilidade por eventual dano ocasionado ao imóvel, resultante de mau procedimento, dolo ou culpa de seus prepostos ou de terceiros por ela autorizados a adentrar no imóvel,
- d) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das leis e Normas vigentes quanto à utilização do imóvel, mantendo a LOCADORA isenta de responsabilidade por infração de qualquer legislação, regulamentação e Normas.
- e) Zelar pela permanente limpeza, higiene e conservação do imóvel objeto desta locação, sem que desta conservação decorra qualquer espécie de ônus para a LOCADORA.
- f) Manter o imóvel ora em locação nas mesmas condições em que os recebeu, abstendo-se de realizar qualquer benfeitoria voluptuária, sem prévia e expressa anuência da LOCADORA, as quais serão levantadas pela LOCATÁRIA ao término da vigência da locação.
- g) Permitir vistoria das instalações quando a LOCADORA julgar conveniente.
- h) Providenciar, quando da rescisão contratual, imediata baixa do referido estabelecimento, mediante quitações junto aos órgãos fazendários competentes, bem como restituir a LOCADORA, nas mesmas condições em que recebeu, o imóvel e suas instalações, ressalvados os desgastes naturais em razão do uso regular.
- i) Efetuar, mensalmente, o pagamento da locação mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA, em conformidade com o valor mensal.

## 11-VALIDADE DA PROPOSTA

11.1.-A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

## 12- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O Valor da locação mensal será de **R\$ 552,94 (quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos)**, perfazendo um valor para 24(vinte e quatro) meses de R\$ 13.270,56 ( treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos).

12.2. Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, tais como: todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, manutenções corretivas, impostos, taxas, emolumentos, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

12.3. Além do aluguel, obriga-se o LOCATÁRIO a pagar os encargos de taxas de luz, água e suas respectivas majorações ou multas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ora locado a partir da data do contrato, bem como as despesas ordinárias que recaiam ou venham recair sobre o imóvel locado e cuja cobrança não seja proibida por lei.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



12.4. Os pagamentos pela locação objeto deste instrumento serão realizados mensalmente pela LOCATÁRIA, mediante apresentação das notas fiscais/faturas correspondentes, obedecidos os preços propostos, devidamente atestadas pela Fiscalização da LOCATÁRIA formalmente designada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- a) Será observado o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA.
- b) Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

12.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive quanto alguma pendência levantada pela fiscalização que comprometa a continuidade da locação.

### 13- SANÇÕES

13.1. Em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações contratuais pactuadas, a LOCATÁRIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do contrato no período correspondente ao inadimplemento;

13.2. Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas ao Credenciado/CONTRATADO, as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - Advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da LOCADORA, poderá a LOCATÁRIA aplicar multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

- a) Atraso no adimplemento das obrigações, inclusive parciais, constitui inadimplência passível da aplicação de multa.
- b) Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela LOCATÁRIA, observando-se o seguinte:
  - c) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da LOCATÁRIA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a mesma será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias;
  - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela LOCADORA, esta será convocada a recolher à secretaria de finanças da LOCATÁRIA o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
  - e) A LOCADORA terá um prazo de 10 (dez) Dias, contado a partir da cientificação da aplicação da multa para apresentar recurso à LOCATÁRIA. Ouvida a fiscalização e o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
  - f) Em caso de relevação da multa, a LOCATÁRIA se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a revelação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

### 14 – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES





14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25 % (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

14.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.

14.3. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15- ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços será fiscalizada por pela Secretaria competente designado da LOCATÁRIA, que anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da CONTRATADA em sanar-las em prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas.

15.2. O objeto desta licitação será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias após o encerramento do mês:

II – Definitivamente, pelo Município, mediante Termo Circunstanciado de aceitação definitiva, assinado pelas partes, decorrente de vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais, emitido em até (cinco) dias úteis a partir do último recebimento provisório.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da prestação dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.4. caso o objeto contratual não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no edital, será mesmo rejeitado, caso em que terá o LOCADOR o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo LOCATÁRIO, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, refazer o serviço. O LOCADOR é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

15.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais n. 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

15.7. Ação e/ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a LOCADORA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica a LOCADORA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização bem como cumprir todas as ordens dela emanadas.

### 16. VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá a vigência 24 (vinte e quatro) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



## 17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos orçamentários para pagamento das despesas são oriundos do orçamento de 2025: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

**MÃE D'ÁGUA - PB, 21 de janeiro de 2025**

*Vania Maria Campos de França*  
Vania Maria Campos de França  
02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão -  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Gustavo Mendes Da Silva Netto*  
Gustavo Mendes Da Silva Netto  
Secretário Municipal De Administração  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Edjaneide P. Silva*  
Edjaneide P. Silva  
Edja Consultoria E Assessoria Ltda.  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Aprovo o Presente Termo.*

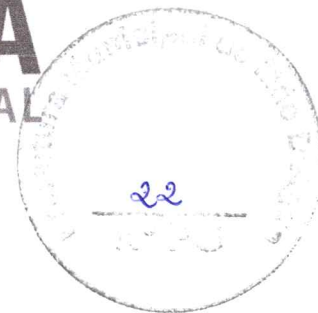
*Jucélio Pereira Moura*  
JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL





# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL



### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1- BASE LEGAL

1.1. A presente contratação dar-se-á de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com arrimo no disposto no art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e alterações posteriores.

1.2 A execução dos serviços será de forma indireta, nos termos do Art. 46, inciso IV e art. 6º, inciso XXXI, da Lei nº 14.133/2021.

#### 2- CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE

2.1.A prestação dos serviços de aluguel de imóvel, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 004/2023, sendo esse o procedimento a ser adotado, na forma orientado neste Termo de Referência.

#### 3- DO OBJETO

3.1. O Objeto do presente é Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme finalidades descritas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO/ MÊS R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., contendo: 1- O imóvel dispões das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.	Mensal	24	552,94	13.270,56

3.3. O locador, deverá iniciar disponibilizar o imóvel em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

3.4. O prazo do contrato será por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da publicação do resumo do contrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogados na forma prevista da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

3.5. O imóvel deve atender a todas as prescrições estabelecidas em Leis e normas municipais – inclusive o Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, as normas e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, águas, telefonia e internet;

3.6. possibilitar adequada acessibilidade, atendendo as disposições previstas na NBR9050 e Lei nº 10.098, de 2000;

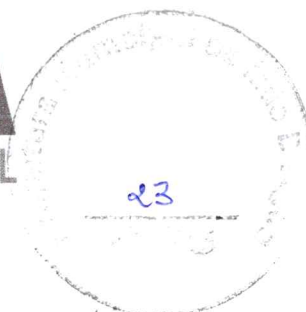
3.7. possibilitar a existência de extintores de incêndios e demais equipamentos que mantenha a segurança;

3.7.1. estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do contrato de locação.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- 3.8. boas condições de conservação, e sem vícios construtivos rigorosos aparentes, como trincas ou fissuras que comprometam a segurança da pronta ocupação.
- 3.9. prédio com estrutura física e elétrica para instalação de aparelhos de ar-condicionado modelo split;
- 3.10. sem risco de alagamento;
- 3.11. o imóvel deverá obedecer às posturas da legislação municipal e estadual, estando em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores;
- 3.12. teto, piso e paredes deverão ser revestidos de cores claras, com ausência de pontos de infiltração, mofo, manchas e rachaduras;
- 3.13. o local deverá ser equipado com pias, tanques, tomadas de energia e iluminação, conforme necessidade atual.
- 3.14.. As benfeitorias necessárias realizadas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o art. 35 da Lei nº 8.245/1991, facultado o desconto mensal no aluguel ou retenção.

#### 4. JUSTIFICATIVA

4.1. O imóvel que se pretende locar se adequa perfeitamente às necessidades para o fim a que se pretende, pois o imóvel tem 6,87m de frente e 9,60m de fundos, bem como tanto pela localização quanto pela iluminação, que atender as finalidades precípuas da contratação pretendida.

A locação do imóvel comercial para a instalação da estrutura do **Arquivo e Almoxarifado da Secretaria da Municipal de Planejamento e Gestão** é uma medida essencial para garantir a organização, segurança e preservação dos documentos e materiais utilizados nas gestão pública municipal

O arquivo é responsável pela guarda e conservação de documentos administrativos, processos, registros e demais arquivos essenciais para o funcionamento da secretaria, assegurando a integridade e o fácil acesso às informações quando necessário. Da mesma forma, o almoxarifado tem a função de armazenar e gerenciar materiais de uso contínuo, equipamentos e insumos fundamentais para a execução das atividades da pasta.

A escolha de um imóvel comercial se justifica pela necessidade de um espaço que atenda a requisitos técnicos, como **estrutura física adequada, ventilação, segurança, acessibilidade e facilidade logística para recebimento e distribuição de materiais**, garantindo a eficiência operacional do setor. Além disso, um local apropriado evita perdas, deterioração de documentos e problemas relacionados à falta de espaço nos órgãos municipais.

Portanto, a locação deste imóvel é imprescindível para a melhoria da gestão administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, promovendo maior controle, organização e eficiência na armazenagem e no fluxo de documentos e materiais essenciais à administração pública.

#### 5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 5.1. A formalização do processo de contratação está prevista no art. 74, V da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2. Diante das dificuldades existentes no município que não dispõe de pluralidade de imóveis, a escolha recaiu sobre o imóvel do Sr.(a) Markdonio Alves Monteiro
- 5.3. No caso, a escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.

#### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Antes da assinatura do contrato de locação será realizada uma vistoria no imóvel, cujo laudo será parte integrante do contrato, a fim de se resguardar os direitos e obrigações das partes



contratantes.

6.2. É vedada a sublocação imóvel.

### 7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso III, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no qual é exigido nas contratações de serviços e/ou produtos de valores superiores a R\$ 10 Milhões, podendo ser dispensando com base em Parecer Técnico do Órgão demandante, justificando as razões técnicas, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

### 8. DA ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso IV, onde Análise de Risco só será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 1 Milhão, no qual contemplará a identificação objetiva dos: “Riscos Prováveis”; da “Solução Identificada para Mitigação dos Riscos”; e dos “Responsáveis” pelos riscos identificados, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração da referida análise.

### 9.– DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

9.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes destes instrumentos, a LOCADORA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Colocar à disposição da LOCATÁRIA, na data de assinatura deste instrumento, o imóvel a ser locado em perfeitas condições de funcionamento, especialmente quanto às instalações elétricas e hidráulicas.
- b) Para verificação das condições de uso, funcionamento e conservação do imóvel, será realizada, conjuntamente por representantes da LOCATÁRIA, vistoria técnica a ser formalizada através de Laudo Específico que fará parte integrante deste instrumento,
- c) Quitar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água, existentes até a data de assinatura do contrato, sendo que os respectivos comprovantes deverão ser apresentados à LOCATÁRIA.
- d) Pagar o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, a Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio) e outras que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel no decorrer da vigência do contrato.
- e) Assegurar à LOCATÁRIA o uso pacífico do imóvel durante a vigência do presente instrumento, adotando as providências necessárias à coibição de incômodos e turbações de terceiros, vizinhos, etc.
- f) Incumbirá à LOCADORA a adoção das medidas judiciais eventualmente necessárias a assegurar o uso pacífico do imóvel.
- g) Responsabilizar-se por eventuais vícios ocultos do imóvel que possam prejudicar sua utilização pela LOCATÁRIA e que não tenham sido detectados em sede da vistoria inicial.
- h) Responsabilizar-se pelos danos ocasionados à LOCATÁRIA em decorrência de eventual rescisão contratual por culpa da LOCADORA.
- i) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de quaisquer benfeitorias necessárias realizadas no imóvel e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- j) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de benfeitorias úteis ou voluptuárias, realizadas no imóvel com anuência expressa da LOCADORA e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

## 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

10.1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes deste instrumento, a LOCATÁRIA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Usar o imóvel para os fins exclusivos de que trata o objeto
- b) Assumir a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais e equipamentos que vierem a ser armazenados no imóvel locado.
- c) Assumir toda a responsabilidade por eventual dano ocasionado ao imóvel, resultante de mau procedimento, dolo ou culpa de seus prepostos ou de terceiros por ela autorizados a adentrar no imóvel,
- d) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das leis e Normas vigentes quanto à utilização do imóvel, mantendo a LOCADORA isenta de responsabilidade por infração de qualquer legislação, regulamentação e Normas.
- e) Zelar pela permanente limpeza, higiene e conservação do imóvel objeto desta locação, sem que desta conservação decorra qualquer espécie de ônus para a LOCADORA.
- f) Manter o imóvel ora em locação nas mesmas condições em que os recebeu, abstendo-se de realizar qualquer benfeitoria voluptuária, sem prévia e expressa anuência da LOCADORA, as quais serão levantadas pela LOCATÁRIA ao término da vigência da locação.
- g) Permitir vistoria das instalações quando a LOCADORA julgar conveniente.
- h) Providenciar, quando da rescisão contratual, imediata baixa do referido estabelecimento, mediante quitações junto aos órgãos fazendários competentes, bem como restituir a LOCADORA, nas mesmas condições em que recebeu, o imóvel e suas instalações, ressalvados os desgastes naturais em razão do uso regular.
- i) Efetuar, mensalmente, o pagamento da locação mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA, em conformidade com o valor mensal.

## 11-VALIDADE DA PROPOSTA

11.1.-A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 dias.

## 12- DA JUSTIFICATIVA DO PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O Valor da locação mensal será de **R\$ 552,94 (quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos)**, perfazendo um valor para 24(vinte e quatro) meses de R\$ 13.270,56 ( treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos).

12.2. Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, tais como: todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, manutenções corretivas, impostos, taxas, emolumentos, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

12.3. Além do aluguel, obriga-se o LOCATÁRIO a pagar os encargos de taxas de luz, água e suas respectivas majorações ou multas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ora locado a partir da data do contrato, bem como as despesas ordinárias que recaiam ou venham recair sobre o imóvel locado e cuja cobrança não seja proibida por lei.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



12.4. Os pagamentos pela locação objeto deste instrumento serão realizados mensalmente pela LOCATÁRIA, mediante apresentação das notas fiscais/faturas correspondentes, obedecidos os preços propostos, devidamente atestadas pela Fiscalização da LOCATÁRIA formalmente designada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

- a) Será observado o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA.
- b) Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

12.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, inclusive quanto alguma pendência levantada pela fiscalização que comprometa a continuidade da locação.

### 13- SANÇÕES

13.1. Em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações contratuais pactuadas, a LOCATÁRIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do contrato no período correspondente ao inadimplemento;

13.2. Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas ao Credenciado/CONTRATADO, as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - Advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da LOCADORA, poderá a LOCATÁRIA aplicar multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

- a) Atraso no adimplemento das obrigações, inclusive parciais, constitui inadimplência passível da aplicação de multa.
- b) Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela LOCATÁRIA, observando-se o seguinte:
  - c) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da LOCATÁRIA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a mesma será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias;
  - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela LOCADORA, esta será convocada a recolher à secretaria de finanças da LOCATÁRIA o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
  - e) A LOCADORA terá um prazo de 10 (dez) Dias, contado a partir da cientificação da aplicação da multa para apresentar recurso à LOCATÁRIA. Ouvida a fiscalização e o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
  - f) Em caso de relevação da multa, a LOCATÁRIA se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a revelação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

### 14 – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25 % (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

14.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.

14.3. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

14.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15- ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços será fiscalizada por pela Secretaria competente designado da LOCATÁRIA, que anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da CONTRATADA em sanar-las em prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas.

15.2. O objeto desta licitação será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias após o encerramento do mês:

II – Definitivamente, pelo Município, mediante Termo Circunstanciado de aceitação definitiva, assinado pelas partes, decorrente de vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais, emitido em até (cinco) dias úteis a partir do último recebimento provisório.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da prestação dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.4. caso o objeto contratual não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no edital, será mesmo rejeitado, caso em que terá o LOCADOR o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo LOCATÁRIO, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, refazer o serviço. O LOCADOR é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

15.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais n. 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

15.7. Ação e/ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a LOCADORA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica a LOCADORA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização bem como cumprir todas as ordens dela emanadas.

## 16. VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá a vigência 24 (vinte e quatro) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.



**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



## 17. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos orçamentários para pagamento das despesas são oriundos do orçamento de 2025: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

**MÃE D'ÁGUA - PB, 21 de janeiro de 2025**

*Vania Maria Campos de França*  
Vania Maria Campos de França  
02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão -  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Gustavo Mendes Da Silva Netto*  
Gustavo Mendes Da Silva Netto  
Secretário Municipal De Administração  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Edjaneide P. Silva*  
Edjaneide P. Silva  
Edja Consultoria E Assessoria Ltda.  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

*Aprovo o Presente Termo.*

*Jucélio Pereira Moura*  
JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
PREFEITO CONSTITUCIONAL





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**SECRETARIA DAS FINANÇAS**



### DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Visto etc.

Processo Administrativo nº 2025.06.015/2025

Declaro conforme solicitação haver previsão orçamentária, bem como disponibilidade financeira proveniente da Lei Orçamentária do ano 2025, específica para Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, relativo ao procedimento em tela na seguinte classificação: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

Restitua-se os autos ao setor de licitação

Mãe D'água - PB, 21 de janeiro de 2025.

*Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues*  
**Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues**  
Secretária de Finanças

## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 10/03/2025 às 15:26:19 foi protocolizado o documento sob o Nº 27498/25 da subcategoria Licitações , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Mãe d' Água, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Antonio Marcos Ferreira dos Santos Filho.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Mãe d' Água

Número da Licitação: 00012/2025

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 22/01/2025

Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Mãe d' Água

Modalidade: Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços

Tipo de Compra ou Serviço: Outros

Valor: R\$ 13.270,56

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500).

Objeto: Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 28

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 13.270,56

Proposta 1 - Proponente Pessoa Física (Nome): Markdonio Alves Monteiro

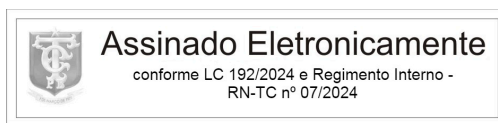
Proposta 1 - Proponente Pessoa Física (CPF): 024.771.944-70

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	6cec4d36c0ec43380f5f748eb674ee4d
Autorização da autoridade competente	Sim	d0ec415869c4fc62d7fb05fc14fb5c09
Estimativa da despesa	Sim	937949acbf874725d3f3ac04d8339ca9
Estudo Técnico Preliminar	Não	
Formalização de demanda	Sim	f593c9cb2d42d10c3892e8b47a08076a
Justificativa de preço	Sim	937949acbf874725d3f3ac04d8339ca9
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	937949acbf874725d3f3ac04d8339ca9
Previsão Orçamentária	Sim	9c0926e176003c356fb198f70469580e
Proposta 1 - Proposta e Anexos - Markdonio Alves Monteiro	Sim	697e02ccd98d4efc9d14fdc295892c5b



**João Pessoa, 10 de Março de 2025**



**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**



# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL



CONTRATO PMMD N.º 01.025/2025

**TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB E MARKDONIO ALVES MONTEIRO.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a **O MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA-PB**, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada á Luiz Furtado de Figueiredo, nº 48, Centro – Prédio da Prefeitura Municipal de Mãe D'água - Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 09.084.088/0001-41, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Jucélio Pereira Moura, brasileiro, casado, residente na Rua São Sebastião, nº 02, Centro, Mãe D'água - PB, portador do CPF nº 132.161.124-20, RG Nº 233.979 SSP/PB, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a **Markdonio Alves Monteiro**, CPF sob o nº 024.771.944-70 e RG sob nº 2132467 SSP/PB, domiciliada a Rua Joao Pequeno Romano, s/n- Centro, Mãe d'Água-PB -CEP 58740-000, **LOCADOR**, resolvem celebrar o presente contrato, a serem realizados na forma de execução indireta, mediante cláusulas e condições a seguir, Lei n. 14.133/2021, da Inexigibilidade nº 0012/2025.

**CLÁSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.**

1.O presente contrato tem fundamentação legal na Lei nº 8.245/92 e Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações e especificamente no disposto no Art. 74, inciso V - “aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.”

**CLÁSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO.**

1.Constitui objeto do presente contrato: Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme finalidades descritas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO IMÓVEL	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO/ MÊS R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Aluguel de 01(um) imóvel comercial sito a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão., conforme a seguir: O imóvel dispões das seguintes medidas:medindo 6,87m de frente e 9,60m de fundos , e está em boa localização para melhor atender as demandas desta secretaria.	Mensal	24	552,94	13.270,56

2. A Locação deverá obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, Inexigibilidade nº 0012/2025 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

3. O locador, deverá iniciar disponibilizar o imóvel em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

4. O prazo do contrato será por 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da publicação do resumo do contrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogados na forma prevista da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

5. O imóvel deve atender a todas as prescrições estabelecidas em Leis e normas municipais – inclusive o





# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL



Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, as normas e padrões das concessionárias de serviços públicos de eletricidade, águas, telefonia e internet;

6. possibilitar adequada acessibilidade, atendendo as disposições previstas na NBR9050 e Lei nº 10.098, de 2000;

7. possibilitar a existência de extintores de incêndios e demais equipamentos que mantenha a segurança;

7.1. estar livre, desembaraçado e desimpedido de coisas e pessoas na data da celebração do contrato de locação.

8. boas condições de conservação, e sem vícios construtivos rigorosos aparentes, como trincas ou fissuras que comprometam a segurança da pronta ocupação.

9. o imóvel deverá obedecer às posturas da legislação municipal e estadual, estando em situação regular junto aos órgãos fiscalizadores;

10. O proprietário do imóvel escolhido terá o prazo máximo de (30) trinta dias para realizar as adequações necessárias e descritas neste Termo de Referência

### CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR.

1. O presente Termo de Contrato tem valor mensal do aluguel é de R\$ 552,94 ( *quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos*) e R\$ 13.270,56 ( *treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos*) global.

2. Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, tais como: todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, manutenções corretivas, impostos, taxas, emolumentos, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

3. Além do aluguel, obriga-se o LOCATÁRIO a pagar os encargos de taxas de luz, água e suas respectivas majorações ou multas, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel ora locado a partir da data do contrato, bem como as despesas ordinárias que recaiam ou venham recair sobre o imóvel locado e cuja cobrança não seja proibida por lei.

### CLÁUSULA QUARTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos - Fonte de Recurso: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

### CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos pela locação objeto deste instrumento serão realizados mensalmente pela LOCATÁRIA, mediante apresentação das notas fiscais/faturas correspondentes, obedecidos os preços propostos, devidamente atestadas pela Fiscalização da LOCATÁRIA formalmente designada, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

a) Será observado o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA.

a.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes destes instrumentos, a LOCADORA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

a) Colocar à disposição da LOCATÁRIA, na data de assinatura deste instrumento, o imóvel a ser locado em perfeitas condições de funcionamento, especialmente quanto às instalações elétricas e hidráulicas.





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



- b) Para verificação das condições de uso, funcionamento e conservação do imóvel, será realizada, conjuntamente por representantes da LOCATÁRIA, vistoria técnica a ser formalizada através de Laudo Específico que fará parte integrante deste instrumento,
- c) Quitar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica e água, existentes até a data de assinatura do contrato, sendo que os respectivos comprovantes deverão ser apresentados à LOCATÁRIA.
- d) Pagar o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, a Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio) e outras que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel no decorrer da vigência do contrato.
- e) Assegurar à LOCATÁRIA o uso pacífico do imóvel durante a vigência do presente instrumento, adotando as providências necessárias à coibição de incômodos e turbações de terceiros, vizinhos, etc.
- f) Incumbirá à LOCADORA a adoção das medidas judiciais eventualmente necessárias a assegurar o uso pacífico do imóvel.
- g) Responsabilizar-se por eventuais vícios ocultos do imóvel que possam prejudicar sua utilização pela LOCATÁRIA e que não tenham sido detectados em sede da vistoria inicial.
- h) Responsabilizar-se pelos danos ocasionados à LOCATÁRIA em decorrência de eventual rescisão contratual por culpa da LOCADORA.
- i) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de quaisquer benfeitorias necessárias realizadas no imóvel e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.
- j) Indenizar a LOCATÁRIA pelos valores despendidos com a realização de benfeitorias úteis ou voluptuárias, realizadas no imóvel com anuência expressa da LOCADORA e mantidas no mesmo ao término da vigência da locação.
- k) - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

1. Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes deste instrumento, a LOCATÁRIA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento obriga-se a:

- a) Usar o imóvel para os fins exclusivos de que trata o objeto
- b) Assumir a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais e equipamentos que vierem a ser armazenados no imóvel locado.
- c) Assumir toda a responsabilidade por eventual dano ocasionado ao imóvel, resultante de mau procedimento, dolo ou culpa de seus prepostos ou de terceiros por ela autorizados a adentrar no imóvel,
- d) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das leis e Normas vigentes quanto à utilização do imóvel, mantendo a LOCADORA isenta de responsabilidade por infração de qualquer legislação, regulamentação e Normas.
- e) Zelar pela permanente limpeza, higiene e conservação do imóvel objeto desta locação, sem que desta conservação decorra qualquer espécie de ônus para a LOCADORA.
- f) Manter o imóvel ora em locação nas mesmas condições em que os recebeu, abstendo-se de realizar qualquer benfeitoria voluptuária, sem prévia e expressa anuência da LOCADORA, as quais serão levantadas pela LOCATÁRIA ao término da vigência da locação.
- g) Permitir vistoria das instalações quando a LOCADORA julgar conveniente.
- h) Providenciar, quando da rescisão contratual, imediata baixa do referido estabelecimento, mediante quitações junto aos órgãos fazendários competentes, bem como restituir a LOCADORA, nas mesmas condições em que recebeu, o imóvel e suas instalações, ressalvados os desgastes naturais em razão do uso regular.
- i) Efetuar, mensalmente, o pagamento da locação mediante depósito em conta corrente bancária da LOCADORA, em conformidade com o valor mensal.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL



1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25 % (vinte e cinco) por cento, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.
2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto, conforme artigo 126 do mesmo diploma legal.
3. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos previstos nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.
4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de inadimplemento de quaisquer das obrigações contratuais pactuadas, a LOCATÁRIA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor do contrato no período correspondente ao inadimplemento;

2. Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas ao Credenciado/CONTRATADO, as seguintes sanções, nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - Advertência; II - multa; III - impedimento de licitar e contratar; IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

3. Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da LOCADORA, poderá a LOCATÁRIA aplicar multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

a) Atraso no adimplemento das obrigações, inclusive parciais, constitui inadimplência passível da aplicação de multa.

b) Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela LOCATÁRIA, observando-se o seguinte:

c) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da LOCATÁRIA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a mesma será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias;

d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela LOCADORA, esta será convocada a recolher à secretaria de finanças da LOCATÁRIA o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.

e) A LOCADORA terá um prazo de 10 (dez) Dias, contado a partir da cientificação da aplicação da multa para apresentar recurso à LOCATÁRIA. Ouvida a fiscalização e o acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame

f) Em caso de relevação da multa, a LOCATÁRIA se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a revelação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

#### **CLÁUSULA DECIMA – PRORROGAÇÃO**

1. O início ocorrerá em 5 (cinco) dias úteis. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura deste termo, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.
2. A cada prorrogação de prazo, deverão ser convalidadas as certidões atinentes à inexistência de ônus reais e ações repercutivas, bem como de débitos para com o IPTU incidentes sobre o imóvel objeto do presente contrato.

#### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**





# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL

69

1.A execução dos serviços será fiscalizada por pela Secretaria competente designado da LOCATÁRIA, que anotar em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa da CONTRATADA em saná-las em prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta licitação será recebido:

I – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, assinado pelas partes em até 05 (cinco) dias após o encerramento do mês:

II – Definitivamente, pelo Município, mediante Termo Circunstanciado de aceitação definitiva, assinado pelas partes, decorrente de vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais, emitido em até (cinco) dias úteis a partir do último recebimento provisório.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da prestação dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: caso o objeto contratual não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no edital, será mesmo rejeitado, caso em que terá o LOCADOR o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo LOCATÁRIO, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, refazer o serviço. O LOCADOR é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

SUBCLÁUSULA QUARTA: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais n. 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

SUBCLÁUSULA SEXTA: Ação e/ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a LOCADORA da integra responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

SUBCLÁUSULA SETIMA: Fica a LOCADORA obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização bem como cumprir todas as ordens dela emanadas.

### CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

1.O presente Contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela LOCATÁRIA, com a consequente perda da idoneidade da LOCADORA, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

a) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses dos art. 137, 138 e 139 da Lei Federal 14133/2021;

2.O presente Contrato ficará rescindido de pleno direito, dando direito à LOCADORA de exigir a devolução do imóvel em um prazo de 30 (trinta) dias a contar da efetivação da respectiva notificação, quando caracterizada uma das seguintes transgressões por parte da LOCATÁRIA:

- a) Sublocação, no todo ou em parte, do imóvel locado;
- b) Deixar de pagar os valores dos aluguéis e demais encargos, na forma e prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) Mudar a destinação do imóvel objeto da locação, sem anuência prévia e escrita da LOCADORA;
- d) Inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais estabelecidas;
- e) O presente Contrato poderá ainda ser extinto por mútuo acordo entre as partes.

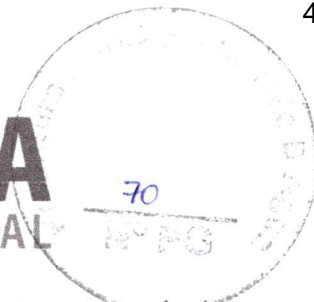
### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA





# MÃE D'ÁGUA

## PREFEITURA MUNICIPAL



1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea "d", e §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:** O valor da mensalidade poderá ser reajustado, após um ano de vigência, pelo índice acumulado da variação do IGPM, quando solicitada pela Contratada, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente protocolado. Na hipótese de alteração da norma legal vigente, permitindo o reajuste dos contratos em períodos inferiores a 01 (um) ano, o reajuste incidirá com a periodicidade admitida

### CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

1. Finda ou rescindido a locação, obriga-se a LOCATÁRIA a restituir o imóvel no estado em que o recebeu, com todas suas instalações e em perfeito estado de funcionamento, de conformidade com o Laudo de Vistoria a que se refere a letra "b" da clausula sexta.

### CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

1. Conforme dispõe o artigo 94, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021, a LOCATÁRIA providenciará a publicação do extrato do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário eletrônico do CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA:** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato.

### CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

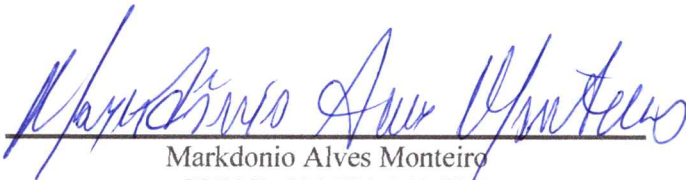
1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Mãe D'água - PB, a que pertencer ao município de Mãe D'água no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo-assinados.

MÃE D'ÁGUA- PB, 22 de janeiro de 2025

  
 \_\_\_\_\_  
 LUCÉLIO PEREIRA MOURA  
 Prefeito Municipal  
 PREFEITURA MUNICIPAL  
 DE MÃE D'ÁGUA – PB

LOCATÁRIA

  
 \_\_\_\_\_  
 Markdonio Alves Monteiro  
 CPF Nº 024.771.944-70  
 LOCADOR

### TESTEMUNHAS

  
 \_\_\_\_\_

Nome

CPF: 107.406.324-35

  
 \_\_\_\_\_

Nome

CPF: 121.651.209-38



**Portaria nº 024.A/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE  
CONTRATOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



**R E S O L V E:**

**Art. 1º. D E S I G N A R,** a servidora **JESSICA VIEIRA TRIGUEIRO**, MAT. nº 847, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO E GABINETE DO PREFEITO do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB





IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

X - verificar a correta aplicação dos materiais;

XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º**. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

  
**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
**Prefeito Constitucional**



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB

### Mãe D'Água-PB, 03 de fevereiro de 2025.

### Contém 08 (oito) páginas

<b>Prefeito</b> Jucélio Pereira Moura		<b>Vice-Prefeito</b> Glauco Paulino Lustosa	
<b>Chefe de Gabinete</b> Marcelo Alves Freire Nunes	<b>Procurador Geral do Município</b> Luciano de Figueiredo Sá	<b>Sec. de Administração</b> Gustavo Mendes as Silva Neto Káren Myrella Alves Monteiro	<b>Sec. de Agric. e M. Ambiente</b> Normando de Lucena Soares Lindomar Oliveira dos Santos
<b>Sec. de Assistência Social</b> João Paulo Trindade Gilmara Lucena dos Santos Soares	<b>Sec. de Cultura e Turismo</b> Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	<b>Secretaria de Educação</b> Edna Soares da Silva Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	<b>Sec. de Finanças</b> Vilmária Alves de Oliveira Ribamar Lopes Viana
<b>Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas</b> Ytapuan Nunes Lucena Raí da Silva Cabral	<b>Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão</b> Vânia Maria Campos França Vanessa Monteiro Campos	<b>Sec. de Saúde</b> Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	<b>Tesouraria</b> Antônio da Costa Palmeira Neto
<b>Sec. De Serviços Públicos</b> Cledilson Cordeiro de Souza Luiz Nunes da Silva	<b>Sec. De Juventude, Esporte e Lazer</b> Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	<b>Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional</b> Damião de Lucena Lima	

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025 RESULTADO

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
01	JUSSARA PEREIRA DE SOUZA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
14	FLÁVIA OLIVEIRA LUCENA	5,0	5,0	4,5	14,5	APROVADA
10	MARIA DAS DÓRES DANTAS OLIVEIRA	5,0	4,5	4,5	14,0	APROVADA
26	JAILMA DE OLIVEIRA SANTOS	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADA
32	JAINÉ SEVERO DA SILVA PcD	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADA
31	ELIZÂNGELA MOURA RIBEIRO GOMES PcD	5,0	4,2	3,5	12,7	CLASSIFICADA
18	ROSEANE LUSTOSA MONTEIRO	5,0	4,1	3,5	12,6	CLASSIFICADA
17	LUZIA LEANDRO DA SILVA	5,0	3,4	2,7	11,1	CLASSIFICADA
40	DÉBORA MENDONÇA DE ARAÚJO	2,0	3,6	2,4	8,0	DESCCLASSIFICADA
20	JOSINETE LUSTOSA CABRAL SILVEIRA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA
39	VIVIANY MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
19	AURILEIDE MENDES DE SOUZA GAMA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
16	ALDA DE SOUZA LUSTOSA CAMPOS	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
04	FRANCISCA MICAENE FELIX DA SILVA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
28	MARIA DA GUIA ARAÚJO DOS SANTOS	3,0	4,9	4,9	12,8	CLASSIFICADA
15	KÁTIA CILENE ARAÚJO SOARES	3,0	4,5	4,4	11,9	CLASSIFICADA
47	JANAÍNA ALVES DE SOUZA LUSTOSA	5,0	3,3	3,0	11,3	CLASSIFICADA
27	DANIELA SIMÕES DA SILVA RIBEIRO	3,0	3,7	3,8	10,5	CLASSIFICADA
05	BRUNA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO	3,0	3,7	3,7	10,4	CLASSIFICADA
29	MARIA MABEL ALVES SOUZA	3,0	3,3	3,6	9,9	DESCCLASSIFICADA
21	ROSÂNGELA PEDROZA DA GAMA SIMÕES	5,0	1,7	2,3	9,0	DESCCLASSIFICADA
30	RUANA KÊNIA SIMÕES DE MEDEIROS	2,0	3,0	3,0	8,0	DESCCLASSIFICADA
45	VERA LÚCIA MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,7	4,0	7,7	DESCCLASSIFICADA
13	RIANE DA SILVA OLIVEIRA	0,0	-	-	0,0	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
37	LEONARDO FELIX DA SILVA	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADO
24	JOSILETE DE SOUZA CAMBOIM	5,0	3,7	3,8	12,5	CLASSIFICADA
41	ALAN ROBERTO DE LUCENA	0,0	5,0	5,0	10,0	CLASSIFICADO

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
09	LAIRES MAURICIO DA SILVA	2,0	5,0	5,0	12,0	APROVADO





**Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
08	JOÃO CARLOS SILVA COSTA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
42	HIGO LUSTOSA CABRAL GOMES	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADO
38	FERNANDA OLIVEIRA LUCENA MORAIS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

**Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
11	MARIA APARECIDA FELIX SOARES LUSTOSA	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADA

**Cargo: PROFESSOR DE ARTE**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
46	GLEYCIÂNE FIRMINO LEITE	0,0	2,2	3,2	5,4	DESCLASSIFICADA

**Cargo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
06	IDEILTO DA SILVA LUCENA JÚNIOR	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
35	MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE LIMA	5,0	3,1	4,0	12,1	CLASSIFICADA

**Cargo: ORIENTADOR EDUCACIONAL**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
25	VALDELÍCIA MARIA DE LUCENA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
48	CLEDEILMA CORDEIRO DE SOUZA	2,0	5,0	5,0	12,0	CLASSIFICADA

**Cargo: PSICOPEDAGOGO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
07	LUCIMAR RODRIGUES SOARES DE MORAES	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
12	CLÁUDIA TELES GOMES DA SILVA SOARES	2,0	5,0	4,9	11,9	APROVADA
36	REJANE COSME DA SILVA	2,0	4,9	4,5	11,4	CLASSIFICADA

**Cargo: PSICÓLOGO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
02	ADÃO GERMANO DOS SANTOS NETO	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADO
03	RISSIA IAMMA RODRIGUES ARAÚJO	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
34	ELANE NUNES LIMA SOARES	5,0	4,4	4,6	14,0	CLASSIFICADA
22	CATARINE FORMIGA DE FARIAS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA
23	SANDRIELE VIEIRA DE SOUSA	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
33	ALYSON DE OLIVEIRA LOPES LAVOR	5,0	4,8	5,0	14,8	APROVADO
49	RIANNE DOS SANTOS RODRIGUES	0,0	5,0	5,0	10,0	APROVADA
44	JOANA DARCI FELIX OLIVEIRA	5,0	2,0	0,0	7,0	DESCLASSIFICADA
50	VALQUÍRIA FIRMINO MOTA	0,0	3,5	2,9	6,4	DESCLASSIFICADA

**Cargo: INTÉRPRETE DE LIBRAS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
43	MARIA DA GUIA DOS SANTOS	APROVADA

Mãe d'Água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.  
 Banca Examinadora.  
 Comissão Especial do Processo Seletivo.

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

**Portaria nº 024.A/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. D E S I G N A R**, a servidora **JESSICA VIEIRA TRIGUEIRO**, MAT. nº 847, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO E GABINETE DO PREFEITO do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º** - A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.B/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**





**Art. 1º. D E S I G N A R**, o servidor **JAMESSON ABDENEGO LOPES SILVA**, MAT. nº 511, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I – esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II – expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III – adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV – conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V – proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI – determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII – determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX – receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X – verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI – requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII – realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIII – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.C/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE  
CONTRATOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. DESIGNAR**, a servidora **ANA SUSANA SOARES DA ROCHA CORDEIRO**, MAT. nº 357, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de EDUCAÇÃO, CULTURA e TURISMO, INFRAESTRUTURA e OBRAS PUBLICAS, SERVIÇOS PUBLICOS, JUVENTUDE ESPORTE E LAZAER ,COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe d'Água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe d'Água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.E/2025**

**DESIGNA GESTOR(A) DE CONTRATO E DÁ  
OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO  
DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município





de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a servidora VÂNIA MARIA CAMPOS DE FRANÇA, MAT. nº 1824, para exercer a função de GESTORA responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos do município.

**Art. 2º** - O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

**Art. 3º.** As principais atribuições do Gestor Contratual são:

- I- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV- analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V- acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII – efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, e encaminhado para o setor de TI quando couber, para alimentação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- IX – encaminhar ao setor de TI para inserção dos dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- X - outras atividades compatíveis com a função.

**Art.4º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água-PB ficarão

sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 5º** - A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.6º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 138/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR**, a Senhora, **ANDRIELLE MENDONCA MAMEDE**, portador(a) do CPF: 105.812.344-05 e RG: 3762045 SSDS/PB do cargo de **COORDENADORA DO SETOR PESSOAL**, com lotação na Secretaria de Finanças do Município de Mãe D'água - PB.



Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 31 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**PORTARIA Nº 139/2025**

“CONCEDE A PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/com o art. 51 e o disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** - **PERMUTAR**, o Servidor Público Municipal **ADRIANO RODRIGUES PEREIRA** – MOTORISTA, com o Servidor Público **ROMERO GOMES DE OLIVEIRA** – GARI, com lotação no Município de Teixeira-PB.

**Parágrafo único** – A presente permuta terá vigência com a data em 31 de dezembro de 2028.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 09 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - LEI Nº. 14.133/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.05.01/2025**

**OBJETO:** Aquisição parcelada de combustíveis destinados aos veículos a serviço do município de Mãe D'água, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital. Após concluir todas as etapas, HOMOLOGO, com base nas informações constantes do Processo acima citado, e ADJUDICO o LOTE ao seu respectivo vencedor, em consequência, fica CONVOCADO o Licitante Vencedor: - ARIKECIA FERREIRA LIMA - EPP, CNPJ sob nº 05.786.824/0001-52, vencendo no LOTE 1, com valor global de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais); perfazendo o valor total de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), para assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, como também que se proceda à publicação legal deste termo.

Mãe D'Água-PB, 31 de janeiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**





**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR

Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025.		Contém 09 (nove) páginas	
<b>Prefeito</b> Jucélio Pereira Moura		<b>Vice-Prefeito</b> Glauco Paulino Lustosa	
<b>Chefe de Gabinete</b> Marcelo Alves Freire Nunes	<b>Procurador Geral do Município</b> Luciano de Figueiredo Sá	<b>Sec. de Administração</b> Gustavo Mendes as Silva Neto Káren Myrella Alves Monteiro	<b>Sec. de Agric. e M. Ambiente</b> Normando de Lucena Soares Lindomar Oliveira dos Santos
<b>Sec. de Assistência Social</b> João Paulo Trindade Gilmara Lucena dos Santos Soares	<b>Sec. de Cultura e Turismo</b> Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	<b>Secretaria de Educação</b> Edna Soares da Silva Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	<b>Sec. de Finanças</b> Vilmária Alves de Oliveira Ribamar Lopes Viana
<b>Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas</b> Ytapuan Nunes Lucena Raí da Silva Cabral	<b>Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão</b> Vânia Maria Campos França Vanessa Monteiro Campos	<b>Sec. de Saúde</b> Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	<b>Tesouraria</b> Antônio da Costa Palmeira Neto
<b>Sec. De Serviços Públicos</b> Cledilson Cordeiro de Souza Luiz Nunes da Silva	<b>Sec. De Juventude, Esporte e Lazer</b> Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	<b>Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional</b> Damião de Lucena Lima	

### LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE N° 008/2025

OBJETO: Aluguel de (01) um imóvel situado a Rua São Sebastião, s/n, Centro, Município de Mãe d'água, destinado à instação da SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE.

EXECUTANTE: Alessandra Lucena Soares CPF sob o n° 059.739.764-32

VALOR MENSAL: R\$ 452,80 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.



JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE N° 009/2025

OBJETO: Aluguel de 01 (um) Salão á Rua Luiz Furtado de Figueirêdo, 16 Centro,

Mãe d'Água-PB, destinado AS ATIVIDADES DO CREAS, A CARGO DA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.

CEP: 58.740-000 - MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000

[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)

EXECUTANTE: Glauca da Silva Lustosa CPF sob o n° 046.574.574-11

VALOR MENSAL: R\$ 854,45 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.



JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE N° 0010/2025

OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel residencial situado a Rua Leonardo Camboim,

s/n, Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado ao funcionamento da

BRINQUEDOTECA, a cargo da Secretaria da Assistencia Social.

EXECUTANTE: Daniele Oliveira dos Samntos CPF sob o n° 719.350.724-98

VALOR MENSAL: R\$ 426,16 (quatrocentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.



**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



**Prefeitura Municipal de Mãe d'Água**

Nº 76

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**  
 CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025  
 OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel residencial sito a Rua Pedro Nunes Trindade, s/n, centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado à ALMOXARIFADO-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.  
 EXECUTANTE: Deusualdo Silveira dos Santos, CPF sob o nº 631.320.954-00  
 VALOR MENSAL: R\$ 306,84 (trezentos e seis reais e oitenta e quatro centavos)  
 Mãe D'água-PB, 22 de janeiro de 2025

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**  
 CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0012/2025  
 OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.  
 EXECUTANTE: Markdonio Alves Monteiro CPF sob o nº 024.771.944-70  
 VALOR MENSAL: R\$ 552,94 (quinhentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos)  
 Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**  
 CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0013/2025  
 OBJETO: Aluguel de um imóvel residencial sito a Rua Camita Dantas, nº. 12, Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado a ser as instalações da BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL da Sec.Mun. de Cultura e Turismo .  
 EXECUTANTE: Natanael Rodrigues Souza, CPF sob o nº 706.004.844-83  
 VALOR MENSAL: R\$ 550,81 (quinhentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos)  
 Mãe D'água-PB, 22 de janeiro de 2025

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
 Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**  
 CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0014/2025  
 OBJETO: Aluguel de 01 imóvel Comercial Rua Antônio Cirilo, s/n, centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado atender ao funcionamento da EMPAER-EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA  
 EXECUTANTE: Expedito Ferreira de Moraes CPF sob o nº 457.329.494-53  
 VALOR MENSAL: R\$ 489,02 (quatrocentos e oitenta e nove reais e dois centavos)  
 Mãe D'água-PB, 22 de janeiro de 2025

**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



Prefeitura Municipal de Mãe d'Água

Nº 77

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2025

OBJETO: Aluguel de 01 imóvel Comercial Rua Manoel Nunes Trindade, 03 - Centro,

Município de Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado à funcionamento da SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXECUTANTE: Roberto Almeida Cordeiro CPF sob o nº 308.522.338-09

VALOR MENSAL: R\$ 442,14 (quatrocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos)

Mãe D'água-PB, 22 de janeiro de 2025

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2025

OBJETO: Locação de imóvel de 01 (um) imóvel situado a Rua Górgia Simões

Ribeiro, 01, Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado ao ALMOXARIFADO, pertencente a Secretaria de Administração.

EXECUTANTE: Gerusa Nunes Costa CPF sob o nº 452.606.484-04

VALOR MENSAL: R\$ 552,94 (quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0017/2025

OBJETO: Aluguel de 01 imóvel na cidade de Patos á Rua Antônio Torres de Moraes,

nº 15, Centro, Patos-PB, destinado como Garagens dos veiculos de pequeno porte que

necessitam ficar na cidade, bem como para guarda temporária de mercadorias, a cargo da Secretaria da Administração.

EXECUTANTE: Alice Jerônimo Leite CPF sob o nº 616.873.754-53

VALOR MENSAL: R\$ 639,24 (seiscentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025

OBJETO: Locação de 01 casa situada na rua São Sebastião, nº 13 – Centro, Mãe

D'água, destinado a secretaria Municipal de administração, para funcionamento da delegacia de polícia.

EXECUTANTE: Juscelino Camboim Nunes CPF sob o nº 045.500.224-00

VALOR MENSAL: R\$ 369,69 (trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos )

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.



Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025  
Contém 09 (nove) páginas



Prefeitura Municipal de Mãe d'Água

Nº 78

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0019/2025

OBJETO: Locação de 01 Ponto Comercial, Rua Manoel Nunes Trindade nº19, centro município de Mãe D'água, DESTINADO A UM ALMOXARIFADO MUNICIPAL

PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXECUTANTE: José Campos de Medeiros CPF sob o nº 912.840.318-53

VALOR MENSAL: R\$ 242,91 (duzentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0020/2025

OBJETO: Aluguel de 01 (um) Ponto Comercial, situado a Rua Luiz Furtado de Figueirêdo, s/n, Centro - Município de Mãe D'água-PB, destinado as instalações da

Casa dos Conselhos a cargo da Secretaria Municipal da Assistência Social.

EXECUTANTE: José Campos de Medeiros CPF sob o nº 912.840.318-53

VALOR MENSAL: R\$ 569,99 (quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavo)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0021/2025

OBJETO: Aluguel de 01 imóvel tipo galpão aberto, situado a Rua Pedro Simões,

s/n, Mãe d'Água-PB, Estado da Paraíba, destinado às instalações da GARAGEM DOS

MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA.

EXECUTANTE: José Marcones Lopes Viana CPF sob o nº 646.812.204-00

VALOR MENSAL: R\$ 1.105,89 (Hum mil cento e cinco reais e oitenta e nove centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0022/2025

OBJETO: Locação de 01 Garagem, situado Rua João Pequeno Romano, s/nº, Mãe d'Água-PB, destinado a guardar os veiculos da Secretaria da Saúde.

EXECUTANTE: Lucineide Medeiros dos Santos CPF sob o nº 872.542.714-87

VALOR MENSAL: R\$ 340,93 (trezentos e quarenta reais e noventa e três centavos)

Mãe D'Água-PB, 22 de janeiro de 2025.

**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



Prefeitura Municipal de Mãe d'Água

Nº 79

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0023/2025

OBJETO: Aluguel de 01 Imóvel tipo Garagem, fundos sito a Rua Pedro Nunes

T. 05, Mãe d'Água-PB, destinado a instalação do ALMOXARIFADO DA

Secretaria da Administração.

EXECUTANTE: Creuzaneuda Gomes da Silva, CPF sob o nº 018.892.124-90

VALOR MENSAL: R\$ 306,84 (trezentos e seis reais e oitenta e quatro centavos)

Mãe D'água-PB, 22 de janeiro de 2025

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0024/2025

OBJETO: Aluguel de 01 (um) imóvel tipo Área de Lazer Bela Vista, para realizações

destinadas a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mãe

D'água-PB. A secretaria citada poderá usar deste local 04(quatro) dias de cada mês do

corrente ano.

EXECUTANTE: Maria do Carmo Ferreira Lustosa CPF sob o nº 000.813.784-67

VALOR MENSAL: R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Mãe D'Água-PB, 24 de janeiro de 2025.

JUCÉLIO PEREIRA MOURA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025

CONTRATO Nº. 01.021/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Alessandra Lucena Soares, CPF sob o nº 059.739.764-32

OBJETO: Aluguel de (01) um imóvel situado a Rua São Sebastião, s/n, Centro,

Município de Mãe d'água, destinado à instação da SEDE DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.867,20 (dez mil oitocentos e sessenta e sete reais e vinte

centavos )

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 009/2025

CONTRATO Nº. 01.022/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Glaucia da Silva Lustosa, CPF sob o nº 046.574.574-11

OBJETO: Aluguel de 01 (um) Salão á Rua Luiz Furtado de Figueirêdo, 16 Centro,

Mãe d'Água-PB, destinado AS ATIVIDADES DO CREAS, A CARGO DA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.



**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



**Prefeitura Municipal de Mãe d'Água**

Nº 80

VALOR GLOBAL: R\$ 20.506,79 (vinte mil, quinhentos e seis reais e setenta e nove centavos).

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0010/2025

CONTRATO Nº. 01.023/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Daniele Oliveira dos Santos, CPF sob o nº 719.350.724-98

OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel residencial sito a Rua Leonardo Camboim, s/n,

Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado ao funcionamento da

BRINQUEDOTECA, a cargo da Secretaria da Assistência Social.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.227,84 (dez mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos)

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0011/2025

CONTRATO Nº. 01.024/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Deusualdo Silveira dos Santos, CPF sob o nº 631.320.954-00

OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel residencial, situado a Rua Pedro Nunes

Trindade, s/n, centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado à

ALMOXARIFADO-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.364,16 (sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e

dezesseis centavos) PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0012/2025

CONTRATO Nº. 01.025/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Markdonio Alves Monteiro, CPF sob o nº 024.771.944-70

OBJETO: Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira,

nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.270,56 ( treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0013/2025

CONTRATO Nº. 01.026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

CONTRATADA: Natanael Rodrigues Souza, CPF sob o nº 706.004.844-83

OBJETO: Aluguel de um imóvel residencial situado a Rua Camita Dantas, nº. 12,

Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado a ser as instalações da

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL da Sec.Mun. de Cultura e Turismo.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R\$ 13.219,44 (treze mil duzentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos)

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses

DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



Prefeitura Municipal de Mãe d'Água

Nº 82

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0014/2025  
 CONTRATO Nº. 01.027/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Expedito Ferreira de Moraes, CPF sob o nº 457.329.494-53  
 OBJETO: Aluguel de 01 imóvel Comercial Rua Antônio Cirilo, s/n, centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado atender ao funcionamento da EMPAER-EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 11.736,48 (onze mil setecentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2025  
 CONTRATO Nº. 01.028/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Roberto Almeida Cordeiro, CPF sob o nº 308.522.338-09  
 OBJETO: Aluguel de 01 imóvel Comercial Rua Manoel Nunes Trindade, 03 - Centro, Município de Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado à funcionamento da SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 10.611,36 (dez mil seiscentos e onze reais e trinta e seis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2025

CONTRATO Nº. 01.029/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Gerusa Nunes Costa, CPF sob o nº 452.606.484-04  
 OBJETO: Locação de imóvel sito a Rua Gregória Simões Ribeiro, 01, Centro, Mãe D'água, Estado da Paraíba, destinado ao ALMOXARIFADO, pertencente a Secretaria de Administração  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 13.270,56 (treze mil duzentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0017/2025  
 CONTRATO Nº. 01.030/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Alice Jerônimo Leite, CPF sob o nº 616.873.754-53  
 OBJETO: Aluguel de 01 imóvel na cidade de Patos á Rua Antônio Torres de Moraes, nº 15, Centro, Patos-PB, destinado como Garagens dos veiculos de pequeno porte que necessitam ficar na cidade, bem como para guarda temporária de mercadorias, a cargo da Secretaria da Administração.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 15.341,76 ( quinze mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos).  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2025  
 CONTRATO Nº. 01.031/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
 CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)



**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



**Prefeitura Municipal de Mãe d'Água**

Nº 82

CONTRATADA: Juscelino Camboim Nunes, CPF sob o nº 045.500.224-00  
 OBJETO: Locação de 01 casa situada na rua São Sebastião, nº 13 – Centro, Mãe D'água, destinado a secretaria Municipal de administração, para funcionamento da delegacia de polícia.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 8.872,56 (oito mil oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0019/2025  
 CONTRATO Nº. 01.032/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA-PB  
 CONTRATADA: José Campos de Medeiros, CPF sob o nº 912.840.318-53  
 OBJETO: Locação de 01 Ponto Comercial, Rua Manoel Nunes Trindade nº19, centro município de Mãe D'água, DESTINADO A UM ALMOXARIFADO MUNICIPAL PARA AS ATIVIDADES DA SECRETRARIA DE INFRAESTRUTURA.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 5.829,84 (cinco mil oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0020/2025  
 CONTRATO Nº. 01.033/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA-PB

CONTRATADA: José Campos de Medeiros, CPF sob o nº 912.840.318-53  
 OBJETO: Aluguel de 01 (um) Ponto Comercial, situado a Rua Luiz Furtado de Figueirêdo, s/n, Centro - Município de Mãe D'água-PB, destinado as instalações da Casa dos Conselhos a cargo da Secretaria Municipal da Assistencia Social.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 13.679,76 (treze mil seiscentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0021/2025  
 CONTRATO Nº. 01.034/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: José Marcones Lopes Viana, CPF sob o nº 646.812.204-00  
 OBJETO: Aluguel de 01 imóvel tipo galpão aberto, situado a Rua Pedro Simões, s/n, Mãe d'Água-PB, Estado da Paraíba, destinado às instalações da GARAGEM DOS MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 26.541,36 (vinte e seis mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0022/2025  
 CONTRATO Nº. 01.035/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA-PB

**Diário Oficial do Município de Mãe D'Água-PB, 01 de fevereiro de 2025**  
**Contém 09 (nove) páginas**



Prefeitura Municipal de Mãe d'Água

Nº 83

CONTRATADA: Lucineide Medeiros dos Santos, CPF sob o nº 872.542.714-87  
 OBJETO: Locação de 01 Garagem, situado Rua João Pequeno Romano, s/nº, Mãe d'Água-PB, destinado a guardar os veículos da Secretaria da Saúde.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 8.182,31 (oito mil cento e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0023/2025  
 CONTRATO Nº. 01.036/2025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Creuza Neuda Gomes da Silva, CPF sob o nº 018.892.124-90  
 OBJETO Locação de 01 Imóvel tipo Garagem, situado a Rua Pedro Nunes Trindade, nº 05, Mãe d'Água-PB, destinado a instalação do ALMOXARIFADO DA Secretaria da Administração.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 7.364,16 (sete mil trezentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2025

**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 0024/2025  
 CONTRATO Nº. 2.025  
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA-PB  
 CONTRATADA: Maria do Carmo Ferreira Lustosa, CPF sob o nº 000.813.784-67

OBJETO: Aluguel de 01 (um) imóvel tipo Área de Lazer Bela Vista, para realizações de eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mãe D'Água-PB. A secretaria citada poderá usar deste local 04(quatro) dias de cada mês do corrente ano.  
 FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso V, §5º da Lei 14.133/2021.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)  
 PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses  
 DATA DA EMISSÃO DO CONTRATO: 24 de janeiro de 2025

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
 CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
 WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
 CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)



Comprovante de publicidade. Doc. 27498/25. Data: 10/03/2025 15:30. Responsável: Antonio M. F. D. S. Filho.

Impresso por convidado em 13/03/2025 00:21. Validação: 317F.E512.F77C.BC67.31CD.F4C5.495E.5DD2.





## Portaria nº 024.E/2025

### DESIGNA GESTOR(A) DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

#### RESOLVE:

**Art.1º. D E S I G N A R,** a servidora **VÂNIA MARIA CAMPOS DE FRANÇA,** MAT. nº 1824, para exercer a função de GESTORA responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos do município.

**Art. 2º -** O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

**Art. 3º. As principais atribuições do Gestor Contratual são:**

- I- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV- analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V- acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII – efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, e encaminhado para o setor de TI quando couber, para alimentação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- IX – encaminhar ao setor de TI para inserção dos dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- X - outras atividades compatíveis com a função.



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB





**Art.4º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água-PB ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 5º** - A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.



**Art.6º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

  
**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
**Prefeito Constitucional**



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB

### Mãe D'Água-PB, 03 de fevereiro de 2025.

### Contém 08 (oito) páginas

<b>Prefeito</b> Jucélio Pereira Moura		<b>Vice-Prefeito</b> Glauco Paulino Lustosa	
<b>Chefe de Gabinete</b> Marcelo Alves Freire Nunes	<b>Procurador Geral do Município</b> Luciano de Figueiredo Sá	<b>Sec. de Administração</b> Gustavo Mendes as Silva Neto Káren Myrella Alves Monteiro	<b>Sec. de Agric. e M. Ambiente</b> Normando de Lucena Soares Lindomar Oliveira dos Santos
<b>Sec. de Assistência Social</b> João Paulo Trindade Gilmara Lucena dos Santos Soares	<b>Sec. de Cultura e Turismo</b> Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	<b>Secretaria de Educação</b> Edna Soares da Silva Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	<b>Sec. de Finanças</b> Vilmária Alves de Oliveira Ribamar Lopes Viana
<b>Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas</b> Ytapuan Nunes Lucena Raí da Silva Cabral	<b>Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão</b> Vânia Maria Campos França Vanessa Monteiro Campos	<b>Sec. de Saúde</b> Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	<b>Tesouraria</b> Antônio da Costa Palmeira Neto
<b>Sec. De Serviços Públicos</b> Cledilson Cordeiro de Souza Luiz Nunes da Silva	<b>Sec. De Juventude, Esporte e Lazer</b> Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	<b>Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional</b> Damião de Lucena Lima	

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025 RESULTADO

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
01	JUSSARA PEREIRA DE SOUZA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
14	FLÁVIA OLIVEIRA LUCENA	5,0	5,0	4,5	14,5	APROVADA
10	MARIA DAS DÓRES DANTAS OLIVEIRA	5,0	4,5	4,5	14,0	APROVADA
26	JAILMA DE OLIVEIRA SANTOS	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADA
32	JAINÉ SEVERO DA SILVA PcD	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADA
31	ELIZÂNGELA MOURA RIBEIRO GOMES PcD	5,0	4,2	3,5	12,7	CLASSIFICADA
18	ROSEANE LUSTOSA MONTEIRO	5,0	4,1	3,5	12,6	CLASSIFICADA
17	LUZIA LEANDRO DA SILVA	5,0	3,4	2,7	11,1	CLASSIFICADA
40	DÉBORA MENDONÇA DE ARAÚJO	2,0	3,6	2,4	8,0	DESCCLASSIFICADA
20	JOSINETE LUSTOSA CABRAL SILVEIRA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA
39	VIVIANY MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
19	AURILEIDE MENDES DE SOUZA GAMA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
16	ALDA DE SOUZA LUSTOSA CAMPOS	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
04	FRANCISCA MICAENE FELIX DA SILVA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
28	MARIA DA GUIA ARAÚJO DOS SANTOS	3,0	4,9	4,9	12,8	CLASSIFICADA
15	KÁTIA CILENE ARAÚJO SOARES	3,0	4,5	4,4	11,9	CLASSIFICADA
47	JANAÍNA ALVES DE SOUZA LUSTOSA	5,0	3,3	3,0	11,3	CLASSIFICADA
27	DANIELA SIMÕES DA SILVA RIBEIRO	3,0	3,7	3,8	10,5	CLASSIFICADA
05	BRUNA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO	3,0	3,7	3,7	10,4	CLASSIFICADA
29	MARIA MABEL ALVES SOUZA	3,0	3,3	3,6	9,9	DESCCLASSIFICADA
21	ROSÂNGELA PEDROZA DA GAMA SIMÕES	5,0	1,7	2,3	9,0	DESCCLASSIFICADA
30	RUANA KÊNIA SIMÕES DE MEDEIROS	2,0	3,0	3,0	8,0	DESCCLASSIFICADA
45	VERA LÚCIA MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,7	4,0	7,7	DESCCLASSIFICADA
13	RIANE DA SILVA OLIVEIRA	0,0	-	-	0,0	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
37	LEONARDO FELIX DA SILVA	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADO
24	JOSILETE DE SOUZA CAMBOIM	5,0	3,7	3,8	12,5	CLASSIFICADA
41	ALAN ROBERTO DE LUCENA	0,0	5,0	5,0	10,0	CLASSIFICADO

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
09	LAIRES MAURICIO DA SILVA	2,0	5,0	5,0	12,0	APROVADO



Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
08	JOÃO CARLOS SILVA COSTA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
42	HIGO LUSTOSA CABRAL GOMES	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADO
38	FERNANDA OLIVEIRA LUCENA MORAIS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
11	MARIA APARECIDA FELIX SOARES LUSTOSA	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADA

Cargo: PROFESSOR DE ARTE

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
46	GLEYCIÂNE FIRMINO LEITE	0,0	2,2	3,2	5,4	DESCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
06	IDEILTO DA SILVA LUCENA JÚNIOR	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
35	MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE LIMA	5,0	3,1	4,0	12,1	CLASSIFICADA

Cargo: ORIENTADOR EDUCACIONAL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
25	VALDELÍCIA MARIA DE LUCENA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
48	CLEDEILMA CORDEIRO DE SOUZA	2,0	5,0	5,0	12,0	CLASSIFICADA

Cargo: PSICOPEDAGOGO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
07	LUCIMAR RODRIGUES SOARES DE MORAES	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
12	CLÁUDIA TELES GOMES DA SILVA SOARES	2,0	5,0	4,9	11,9	APROVADA
36	REJANE COSME DA SILVA	2,0	4,9	4,5	11,4	CLASSIFICADA

Cargo: PSICÓLOGO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
02	ADÃO GERMANO DOS SANTOS NETO	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADO
03	RISSIA IAMMA RODRIGUES ARAÚJO	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
34	ELANE NUNES LIMA SOARES	5,0	4,4	4,6	14,0	CLASSIFICADA
22	CATARINE FORMIGA DE FARIAS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA
23	SANDRIELE VIEIRA DE SOUSA	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
33	ALYSON DE OLIVEIRA LOPES LAVOR	5,0	4,8	5,0	14,8	APROVADO
49	RIANNE DOS SANTOS RODRIGUES	0,0	5,0	5,0	10,0	APROVADA
44	JOANA DARCI FELIX OLIVEIRA	5,0	2,0	0,0	7,0	DESCLASSIFICADA
50	VALQUÍRIA FIRMINO MOTA	0,0	3,5	2,9	6,4	DESCLASSIFICADA

Cargo: INTÉRPRETE DE LIBRAS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
43	MARIA DA GUIA DOS SANTOS	APROVADA

Mãe d'Água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.  
Banca Examinadora.  
Comissão Especial do Processo Seletivo.

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

Portaria nº 024.A/2025

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**





**Art. 1º. D E S I G N A R**, a servidora **JESSICA VIEIRA TRIGUEIRO**, MAT. nº 847, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO E GABINETE DO PREFEITO do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;

IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;

V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

X - verificar a correta aplicação dos materiais;

XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º** - A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.B/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. D E S I G N A R**, o servidor **JAMESSON ABDENEGO LOPES SILVA**, MAT. nº 511, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I – esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II – expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III – adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV – conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V – proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI – determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII – determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX – receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X – verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI – requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII – realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIII – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.C/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE  
CONTRATOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. DESIGNAR**, a servidora **ANA SUSANA SOARES DA ROCHA CORDEIRO**, MAT. nº 357, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de EDUCAÇÃO, CULTURA e TURISMO, INFRAESTRUTURA e OBRAS PUBLICAS, SERVIÇOS PUBLICOS, JUVENTUDE ESPORTE E LAZAER ,COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe d'Água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe d'Água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.E/2025**

**DESIGNA GESTOR(A) DE CONTRATO E DÁ  
OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO  
DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município





de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a servidora VÂNIA MARIA CAMPOS DE FRANÇA, MAT. nº 1824, para exercer a função de GESTORA responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos do município.

**Art. 2º** - O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

**Art. 3º.** As principais atribuições do Gestor Contratual são:

- I- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV- analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V- acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII – efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, e encaminhado para o setor de TI quando couber, para alimentação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- IX – encaminhar ao setor de TI para inserção dos dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- X - outras atividades compatíveis com a função.

**Art.4º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água-PB ficarão

sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 5º** - A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.6º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 138/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR**, a Senhora, **ANDRIELLE MENDONCA MAMEDE**, portador(a) do CPF: 105.812.344-05 e RG: 3762045 SSDS/PB do cargo de **COORDENADORA DO SETOR PESSOAL**, com lotação na Secretaria de Finanças do Município de Mãe D'água - PB.



Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 31 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**PORTARIA Nº 139/2025**

“CONCEDE A PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/com o art. 51 e o disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** - **PERMUTAR**, o Servidor Público Municipal **ADRIANO RODRIGUES PEREIRA** – MOTORISTA, com o Servidor Público **ROMERO GOMES DE OLIVEIRA** – GARI, com lotação no Município de Teixeira-PB.

**Parágrafo único** – A presente permuta terá vigência com a data em 31 de dezembro de 2028.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 09 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - LEI Nº. 14.133/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.05.01/2025**

**OBJETO:** Aquisição parcelada de combustíveis destinados aos veículos a serviço do município de Mãe D'água, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital. Após concluir todas as etapas, HOMOLOGO, com base nas informações constantes do Processo acima citado, e ADJUDICO o LOTE ao seu respectivo vencedor, em consequência, fica CONVOCADO o Licitante Vencedor: - ARIKECIA FERREIRA LIMA - EPP, CNPJ sob nº 05.786.824/0001-52, vencendo no LOTE 1, com valor global de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais); perfazendo o valor total de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), para assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, como também que se proceda à publicação legal deste termo.

Mãe D'Água-PB, 31 de janeiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**



**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR





**MÃE D'ÁGUA**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**SECRETARIA DAS FINANÇAS**



### DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Visto etc.

Processo Administrativo nº 2025.06.015/2025

Declaro conforme solicitação haver previsão orçamentária, bem como disponibilidade financeira proveniente da Lei Orçamentária do ano 2025, específica para Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água – PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almoxarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, relativo ao procedimento em tela na seguinte classificação: PRÓPRIOS/LIVRES - 02.060 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - classificação funcional: 04 122 2001 2010 Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, elemento despesas: 000102 3390.36 99OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.

Restitua-se os autos ao setor de licitação

Mãe D'água - PB, 21 de janeiro de 2025.

*Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues*  
**Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues**  
Secretária de Finanças



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

**MARKDONIO ALVES MONTEIRO**

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF  
 2132467 SSP PB

CPF 024.774.944-70 DATA NASCIMENTO 16/08/1977

FILIAÇÃO  
**BIVAR ALVES MONTEIRO**  
**SEVERINA DE AZEVEDO MONTEIRO**

SEXO ACC CATEGORIA  
 M  F  AD

Nº REGISTRO 02077109601 VALIDADE 15/10/2031 1ª HABILITAÇÃO 01/03/1996

RESERVAÇÕES

*Markdonio Alves Monteiro*  
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL PATOS, PB DATA EMISSÃO 27/10/2021

10655718765  
 PB043810624

**PARAIBA**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2147592958

PROIBIDO PLASTIFICAR 2147592958



Classificação: MTC - FRENTE - BARRIL - TENSÃO - E1 Tipo de Fornecedor: LUKAS FASCO  
RESILIENTE / MÊS/LEITURA

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS Disp.: 220 Lim. min.: 90 Lim. max.: 230

MARKDONIO ALVES MONTEIRO

RUA JOAO PEQUENO ROMANO - S/N - C - CENTRO  
MAE D'AGUA - PB CEP: 58740000 (AG: 133)  
ROTEIRO 7 - 115 - 300 - 1980

CÓDIGO DO CLIENTE  
**5/2309108-5**

CÓDIGO DE CONTINGÊNCIA  
**00008425427**

CPF: 011.908.711-10

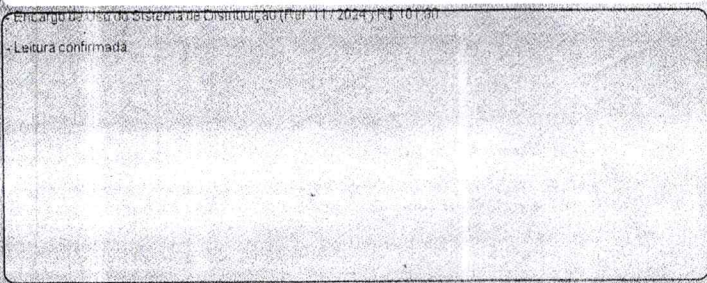
Jan / 2025 20/01/2025 R\$ 217,49



NOTA FISCAL N° 048926893 - SÉRIE 001  
DATA EMISSÃO/APRESENTAÇÃO: 13/01/25  
Consulte pela Chave de Acesso em  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/nfe/consulta>

Chave de Acesso:  
3525.01mg95.1k500.0140.6x00.1048.s17%9020.5419.2640

EMITIDO EM CONTINGÊNCIA  
Pendente de autorização



Datas de Leituras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Nº Dias	Próxima Leitura
	12/12/24	13/01/25	32	12/02/2025

ITENS DA FATURA	Unid.	Quant	Preço unit. tributos (R\$)	Valor Total (R\$)	PIS/ Cofins (R\$)	Base Calc. ICMS (R\$)	Alíq. ICMS (%)	ICMS (R\$)	Tarifa unit. (R\$)
Consumo em kWh	KWH	294	0,722950	212,55	11,18	230,18	20	46,03	0,588270
LANÇAMENTO SE - SERVIÇOS				12,69	0,00	0,00	0	0,00	
BÔNUS (TRIPULANTE) 382002122003									
<b>TOTAL:</b>				<b>217,49</b>	<b>11,18</b>	<b>230,18</b>		<b>46,03</b>	

Consumo / kWh	Consumo	Preço unit. tributos (R\$)	Valor Total (R\$)	PIS/PASEP (R\$)	COFINS (R\$)	ICMS (R\$)
Jan/25	294	0,722950	212,55	11,18	230,18	46,03
Dez/24	300	0,722950	216,88	11,18	230,18	46,03
Nov/24	294	0,722950	212,55	11,18	230,18	46,03
Out/24	188	0,722950	135,91	11,18	230,18	46,03
Set/24	16	0,722950	11,57	11,18	230,18	46,03
Ago/24	50	0,722950	36,15	11,18	230,18	46,03
Jul/24	3	0,722950	2,17	11,18	230,18	46,03
Jun/24	1	0,722950	0,72	11,18	230,18	46,03
Mai/24	104	0,722950	75,19	11,18	230,18	46,03
Abr/24	11	0,722950	7,95	11,18	230,18	46,03
Mai/24	302	0,722950	218,52	11,18	230,18	46,03
Fev/24	205	0,722950	148,20	11,18	230,18	46,03
Jan/24	252	0,722950	182,29	11,18	230,18	46,03
Media	165	0,722950	119,29	11,18	230,18	46,03

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. medidor	Consumo
00008425427	KWH	Total	8316	8610	1	294

Sistema de Debitos





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MARKDONIO ALVES MONTEIRO**  
CPF: **024.771.944-70**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

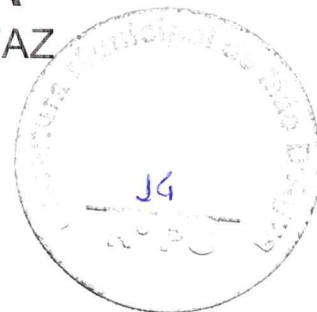
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 10:10:54 do dia 15/01/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 14/07/2025.

Código de controle da certidão: **EA56.DBB6.4B27.27A8**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

# CERTIDÃO



CÓDIGO: **E3A2.0EDF.6A26.4448**

Emitida no dia 15/01/2025 às 10:27:59

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: **024.771.944-70**

R.G. : **2132467 - SSP/PB**

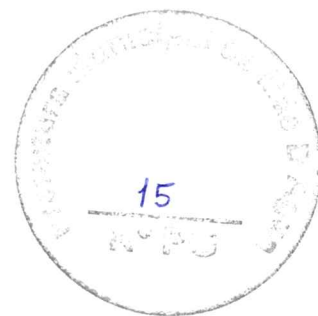
Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.** A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).

**OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.**

Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.  
Certidão de Débito emitida via 'Internet'.



## SECRETARIA DE FINANÇAS

**CERTIFICO**, a requerimento da parte interessada, e de acordo com as informações prestadas pelo Setor Tributário, que **MARKDONIO ALVES MONTEIRO**, CPF nº 024.771.944-70, localizada na Rua João Pequeno Romano, SN, Centro, Município de Mãe D'água, Estado da Paraíba, se encontra quite com os tributos municipais.

Ficam, todavia, ressalvados os direitos da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados. Do que constar, passei a presente certidão, para fins de **PROVAS JUNTO A TODOS E QUAISQUER ÓRGÃOS DE INTERESSE**.

A conferi e assino.

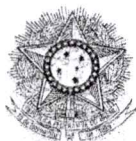
Mãe D'água – PB, 15 de janeiro de 2025.

*Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues*  
VILMÁRIA ALVES DE OLIVEIRA RODRIGUES  
Secretária de Finanças

Validade 180 dias

QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MARKDONIO ALVES MONTEIRO  
CPF: 024.771.944-70  
Certidão nº: 2776415/2025  
Expedição: 15/01/2025, às 10:10:33  
Validade: 14/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARKDONIO ALVES MONTEIRO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **024.771.944-70**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: [cnct@tst.jus.br](mailto:cnct@tst.jus.br)



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESCRITURA DE CONSTRUÇÃO PRÓPRIA DE UM PONTO COMERCIAL**, localizado na Rua José Maria da Silveira, s/nº, na cidade de Mãe D'água, Estado da Paraíba, na forma adiante declarada:

Por esta escritura e na melhor forma de direito, eu **MARKDÔNIO ALVES MONTEIRO**, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.132.467-SSP-PB, Inscrito no CPF/MF sob nº 024.771.944-70, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua João Pequeno Romano, nº 18, na cidade de Mãe D'água, Estado da Paraíba, sendo Senhor e legítimo possuidor de um **PONTO COMERCIAL**, construído ao próprio punho, localizado na Rua José Maria da Silveira, s/nº, na cidade de Mãe D'água, Estado da Paraíba, medindo dito ponto 6,87 (seis metros e oitenta e sete centímetros) de frente por 9,60 (nove metros e sessenta centímetros) de fundos, tendo à frente para o lado do Leste, limitando-se ao Norte com posto de combustível e ao Sul com casa residencial da senhora Maria Estela Leite Souza, dito ponto comercial construído em terreno adquirido por compra ao senhor Luiz Nunes da Silva e Lúcia de Fátima Monteiro Nunes, conforme declaração de compra e venda apresentada, datado de 19 de junho de 2007. Contendo em dito ponto comercial: dois portões largos na frente e dois banheiros. E possuindo o imóvel acima mencionado, livre de quaisquer ônus, resolvi escriturar o mesmo, como efetivamente tem de hoje em diante, o Senhor **MARKDÔNIO ALVES MONTEIRO**, pelo que dou plena e geral e irrevogável quitação, obrigando-se a fazer a presente escritura, firme e valiosa, a defender o dito proprietário quando chamado a autoria, respondendo pela evicção de direito podendo o dito outorgado proprietário continuar empossado do imóvel acima descrita, desde já, pois neste ato tenho todo direito, domínio, ação e posse que eu outorgado proprietário exerço sobre o dito imóvel, estando o mesmo regularizado com quaisquer impostos e/ou taxas em repartições públicas. Estando de acordo com todo o teor desta escritura o proprietário aceita a presente escritura, em todos os seus expressos termos por se achar o mesmo de inteiro acordo com o ajustado e contratado. Dita escritura lavrada em duas vias de igual teor, sendo que uma ficará arquivada na pasta de nº 24 deste Cartório (Simões). Do que para constar, mandei passar a presente escritura, que lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo outorgado proprietário e com duas testemunhas a tudo presentes.



Mãe D'água - PB, 30 de março de 2022.

**OUTORGADO PROPRIETÁRIO:**

*Markdônio Alves Monteiro*  
**MARKDÔNIO ALVES MONTEIRO**

**TESTEMUNHAS PRESENTES:**

1ª *Aldair Cândido do Nascimento*

2ª *Francisane de Lima Silva*



*[Handwritten signature]*







**Portaria nº 024.A/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE  
CONTRATOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA,** no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;



**R E S O L V E:**

**Art. 1º. D E S I G N A R,** a servidora **JESSICA VIEIRA TRIGUEIRO**, MAT. nº 847, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO E GABINETE DO PREFEITO do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB





IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

X - verificar a correta aplicação dos materiais;

XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.



**Art. 5º**. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

  
**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
**Prefeito Constitucional**



[www.maedagua.pb.gov.br](http://www.maedagua.pb.gov.br)  maedaguapb  @prefeitura.maedaguaoficial



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, 48 - Centro CEP: 58740-000 Mãe d'Água - PB

### Mãe D'Água-PB, 03 de fevereiro de 2025.

### Contém 08 (oito) páginas

Prefeito Jucélio Pereira Moura		Vice-Prefeito Glauco Paulino Lustosa	
<b>Chefe de Gabinete</b> Marcelo Alves Freire Nunes	<b>Procurador Geral do Município</b> Luciano de Figueiredo Sá	<b>Sec. de Administração</b> Gustavo Mendes as Silva Neto Káren Myrella Alves Monteiro	<b>Sec. de Agric. e M. Ambiente</b> Normando de Lucena Soares Lindomar Oliveira dos Santos
<b>Sec. de Assistência Social</b> João Paulo Trindade Gilmara Lucena dos Santos Soares	<b>Sec. de Cultura e Turismo</b> Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	<b>Secretaria de Educação</b> Edna Soares da Silva Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	<b>Sec. de Finanças</b> Vilmária Alves de Oliveira Ribamar Lopes Viana
<b>Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas</b> Ytapuan Nunes Lucena Raí da Silva Cabral	<b>Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão</b> Vânia Maria Campos França Vanessa Monteiro Campos	<b>Sec. de Saúde</b> Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	<b>Tesouraria</b> Antônio da Costa Palmeira Neto
<b>Sec. De Serviços Públicos</b> Cledilson Cordeiro de Souza Luiz Nunes da Silva	<b>Sec. De Juventude, Esporte e Lazer</b> Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	<b>Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional</b> Damião de Lucena Lima	

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2025 RESULTADO

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
01	JUSSARA PEREIRA DE SOUZA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
14	FLÁVIA OLIVEIRA LUCENA	5,0	5,0	4,5	14,5	APROVADA
10	MARIA DAS DÔRES DANTAS OLIVEIRA	5,0	4,5	4,5	14,0	APROVADA
26	JAILMA DE OLIVEIRA SANTOS	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADA
32	JAINÉ SEVERO DA SILVA PcD	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADA
31	ELIZÂNGELA MOURA RIBEIRO GOMES PcD	5,0	4,2	3,5	12,7	CLASSIFICADA
18	ROSEANE LUSTOSA MONTEIRO	5,0	4,1	3,5	12,6	CLASSIFICADA
17	LUZIA LEANDRO DA SILVA	5,0	3,4	2,7	11,1	CLASSIFICADA
40	DÉBORA MENDONÇA DE ARAÚJO	2,0	3,6	2,4	8,0	DESCCLASSIFICADA
20	JOSINETE LUSTOSA CABRAL SILVEIRA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA
39	VIVIANY MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,0	1,8	4,8	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
19	AURILEIDE MENDES DE SOUZA GAMA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
16	ALDA DE SOUZA LUSTOSA CAMPOS	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
04	FRANCISCA MICAENE FELIX DA SILVA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
28	MARIA DA GUIA ARAÚJO DOS SANTOS	3,0	4,9	4,9	12,8	CLASSIFICADA
15	KÁTIA CILENE ARAÚJO SOARES	3,0	4,5	4,4	11,9	CLASSIFICADA
47	JANAÍNA ALVES DE SOUZA LUSTOSA	5,0	3,3	3,0	11,3	CLASSIFICADA
27	DANIELA SIMÕES DA SILVA RIBEIRO	3,0	3,7	3,8	10,5	CLASSIFICADA
05	BRUNA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO	3,0	3,7	3,7	10,4	CLASSIFICADA
29	MARIA MABEL ALVES SOUZA	3,0	3,3	3,6	9,9	DESCCLASSIFICADA
21	ROSÂNGELA PEDROZA DA GAMA SIMÕES	5,0	1,7	2,3	9,0	DESCCLASSIFICADA
30	RUANA KÊNIA SIMÕES DE MEDEIROS	2,0	3,0	3,0	8,0	DESCCLASSIFICADA
45	VERA LÚCIA MEDEIROS DE SOUZA	0,0	3,7	4,0	7,7	DESCCLASSIFICADA
13	RIANE DA SILVA OLIVEIRA	0,0	-	-	0,0	DESCCLASSIFICADA

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
37	LEONARDO FELIX DA SILVA	3,0	5,0	5,0	13,0	APROVADO
24	JOSILETE DE SOUZA CAMBOIM	5,0	3,7	3,8	12,5	CLASSIFICADA
41	ALAN ROBERTO DE LUCENA	0,0	5,0	5,0	10,0	CLASSIFICADO

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
09	LAIRES MAURICIO DA SILVA	2,0	5,0	5,0	12,0	APROVADO



**Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
08	JOÃO CARLOS SILVA COSTA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
42	HIGO LUSTOSA CABRAL GOMES	3,0	5,0	5,0	13,0	CLASSIFICADO
38	FERNANDA OLIVEIRA LUCENA MORAIS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

**Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
11	MARIA APARECIDA FELIX SOARES LUSTOSA	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADA

**Cargo: PROFESSOR DE ARTE**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
46	GLEYCIÂNE FIRMINO LEITE	0,0	2,2	3,2	5,4	DESCLASSIFICADA

**Cargo: PROFESSOR DE PORTUGUÊS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AULA	TOTAL	RESULTADO
06	IDEILTO DA SILVA LUCENA JÚNIOR	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADO
35	MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE LIMA	5,0	3,1	4,0	12,1	CLASSIFICADA

**Cargo: ORIENTADOR EDUCACIONAL**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
25	VALDELÍCIA MARIA DE LUCENA	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
48	CLEDEILMA CORDEIRO DE SOUZA	2,0	5,0	5,0	12,0	CLASSIFICADA

**Cargo: PSICOPEDAGOGO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
07	LUCIMAR RODRIGUES SOARES DE MORAES	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
12	CLÁUDIA TELES GOMES DA SILVA SOARES	2,0	5,0	4,9	11,9	APROVADA
36	REJANE COSME DA SILVA	2,0	4,9	4,5	11,4	CLASSIFICADA

**Cargo: PSICÓLOGO**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
02	ADÃO GERMANO DOS SANTOS NETO	8,0	5,0	5,0	18,0	APROVADO
03	RISSIA IAMMA RODRIGUES ARAÚJO	5,0	5,0	5,0	15,0	APROVADA
34	ELANE NUNES LIMA SOARES	5,0	4,4	4,6	14,0	CLASSIFICADA
22	CATARINE FORMIGA DE FARIAS	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA
23	SANDRIELE VIEIRA DE SOUSA	0,0	-	-	0,0	DESCLASSIFICADA

**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TÍTULOS	PROVA ORAL	PLANO DE AÇÃO	TOTAL	RESULTADO
33	ALYSON DE OLIVEIRA LOPES LAVOR	5,0	4,8	5,0	14,8	APROVADO
49	RIANNE DOS SANTOS RODRIGUES	0,0	5,0	5,0	10,0	APROVADA
44	JOANA DARCI FELIX OLIVEIRA	5,0	2,0	0,0	7,0	DESCLASSIFICADA
50	VALQUÍRIA FIRMINO MOTA	0,0	3,5	2,9	6,4	DESCLASSIFICADA

**Cargo: INTÉRPRETE DE LIBRAS**

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO
43	MARIA DA GUIA DOS SANTOS	APROVADA

Mãe d'Água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.  
 Banca Examinadora.  
 Comissão Especial do Processo Seletivo.

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

**Portaria nº 024.A/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**





**Art. 1º. D E S I G N A R**, a servidora **JESSICA VIEIRA TRIGUEIRO**, MAT. n.º 847, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de ASSISTÊNCIA SOCIAL, PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO E GABINETE DO PREFEITO do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º** - A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.B/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. D E S I G N A R**, o servidor **JAMESSON ABDENEGO LOPES SILVA**, MAT. nº 511, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO e FINANÇAS do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I – esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II – expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III – adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV – conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V – proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI – determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII – determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX – receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X – verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI – requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII – realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIII – propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.C/2025**

**DESIGNA FISCAL ADMINISTRATIVO DE  
CONTRATOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**R E S O L V E:**



**Art. 1º. DESIGNAR**, a servidora **ANA SUSANA SOARES DA ROCHA CORDEIRO**, MAT. nº 357, para exercer a função de FISCAL ADMINISTRATIVO Responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos das Secretárias de EDUCAÇÃO, CULTURA e TURISMO, INFRAESTRUTURA e OBRAS PUBLICAS, SERVIÇOS PUBLICOS, JUVENTUDE ESPORTE E LAZAER ,COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL do município.

**Art. 2º.** A função de fiscal administrativo, e especialmente:

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços;
- V - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VI - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IX - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- X - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XI - requerer das empresas testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XIII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

**Art. 3º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe d'Água ficarão sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 4º**- A fiscalização deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe d'Água-PB,  
em 03 de fevereiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 024.E/2025**

**DESIGNA GESTOR(A) DE CONTRATO E DÁ  
OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO  
DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município





de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989, Decreto Municipal nº 005/2023 e o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**RESOLVE:**

**Art.1º. DESIGNAR**, a servidora VÂNIA MARIA CAMPOS DE FRANÇA, MAT. nº 1824, para exercer a função de GESTORA responsável pela gerente funcional dos contratos administrativos do município.

**Art. 2º** - O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

**Art. 3º.** As principais atribuições do Gestor Contratual são:

- I- analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II- analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III- analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV- analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V- acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII – efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, e encaminhado para o setor de TI quando couber, para alimentação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- IX – encaminhar ao setor de TI para inserção dos dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- X - outras atividades compatíveis com a função.

**Art.4º** - As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o município de Mãe D'água-PB ficarão

sujeitas a penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente.

**Art. 5º** - A gestão deve ser exercida primando pelos princípios da legalidade, da eficiência e eficácia, de forma a assegurar que a execução contratual ocorra com qualidade e em respeito às legislações pertinentes.

**Art.6º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB,  
em 06 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**Portaria nº 138/2025**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 37, da Constituição Federal e o Art. 49, inciso I da Lei Orgânica do Município de Mãe D'água – PB, de 05 de outubro de 1989.

**RESOLVE:**

Art. 1º - **EXONERAR**, a Senhora, **ANDRIELLE MENDONÇA MAMEDE**, portador(a) do CPF: 105.812.344-05 e RG: 3762045 SSDS/PB do cargo de **COORDENADORA DO SETOR PESSOAL**, com lotação na Secretaria de Finanças do Município de Mãe D'água - PB.



Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 31 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**PORTARIA Nº 139/2025**

“CONCEDE A PERMUTA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, c/com o art. 51 e o disposto no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** - **PERMUTAR**, o Servidor Público Municipal **ADRIANO RODRIGUES PEREIRA** – MOTORISTA, com o Servidor Público **ROMERO GOMES DE OLIVEIRA** – GARI, com lotação no Município de Teixeira-PB.

**Parágrafo único** – A presente permuta terá vigência com a data em 31 de dezembro de 2028.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência a partir de 09 de janeiro de 2025.

Cumpra-se e publique.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe D'água-PB, em 03 de fevereiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**LICITAÇÃO**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 - LEI Nº. 14.133/2021  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.05.01/2025**

**OBJETO:** Aquisição parcelada de combustíveis destinados aos veículos a serviço do município de Mãe D'água, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I deste Edital. Após concluir todas as etapas, HOMOLOGO, com base nas informações constantes do Processo acima citado, e ADJUDICO o LOTE ao seu respectivo vencedor, em consequência, fica CONVOCADO o Licitante Vencedor: - ARIKECIA FERREIRA LIMA - EPP, CNPJ sob nº 05.786.824/0001-52, vencendo no LOTE 1, com valor global de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais); perfazendo o valor total de R\$ 770.625,00 (setecentos e setenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), para assinar o contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da convocação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, como também que se proceda à publicação legal deste termo.

Mãe D'Água-PB, 31 de janeiro de 2025.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**



**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 10/03/2025 às 15:29:59 foi protocolizado o documento sob o N° 27507/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Prefeitura Municipal de Mãe d' Água, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Antonio Marcos Ferreira dos Santos Filho.

Número do Contrato: 000010252025

Data da Publicação: 01/02/2025

Data da Assinatura: 22/01/2025

Data Final do Contrato: 22/01/2027

Valor Contratado: R\$ 13.270,56

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: Aluguel de 01(um) imóvel comercial situado a Rua José Maria da Silveira, nº 18, Centro, Mãe D'água PB, destinado a instalação da estrutura do arquivo/almojarifado da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

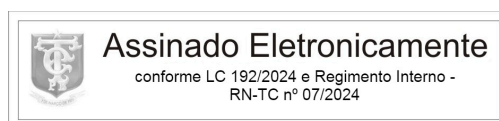
Contratado (Nome): Markdonio Alves Monteiro

Contratado (CPF): 024.771.944-70

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
Comprovante de publicidade	Sim	317fe512f77cbc6731cdf4c5495e5dd2
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	6c27ff76118bc0bee623554a1428e36d
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	9c0926e176003c356fb198f70469580e
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	d5b800e458bf9744265af44a288310d9
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	8e150904f85a406248c7fb66dcff9d5e
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	8e150904f85a406248c7fb66dcff9d5e
Designação do gestor do contrato	Sim	5842e8c51cd9787be13cd46a9b62e55f

João Pessoa, 10 de Março de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

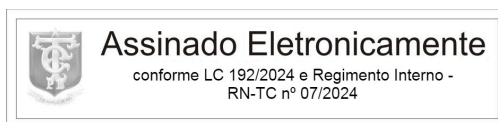
**Documento:** 27498/25**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Mãe d' Água**Exercício:** 2025

## CERTIDÃO

### CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 10/03/2025 às 15:30h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 27507/25 ao Documento 27498/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 27498/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	35 - 40	d5b800e458bf9744265af44a288310d9
Designação da fiscalização técnica do contrato	41 - 50	8e150904f85a406248c7fb66dcff9d5e
Comprovante de publicidade	51 - 60	317fe512f77cbc6731cdf4c5495e5dd2
Designação do gestor do contrato	61 - 70	5842e8c51cd9787be13c4d6a9b62e55f
Comprovação da existência de dotação orçamentária	71	9c0926e176003c356fb198f70469580e
Comprovantes de regularidade da contratada	72 - 78	6c27ff76118bc0bee623554a1428e36d
Designação do fiscal administrativo do contrato	79 - 88	8e150904f85a406248c7fb66dcff9d5e
RECIBO PROTOCOLO	89	2eb2418b075656922181972e75d7eb77

**João Pessoa, 10 de Março de 2025****Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**